



# AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

Leisa Brasil

DEZ 2015 • vol. 12 n. 4



**Pela vida  
das mulheres e  
pela Agroecologia**

## EDITORIAL

**A**té meados do século 20, os estudos sobre desigualdade concentraram-se na análise das diferenças de renda e de efetivação de direitos entre as classes sociais. Embora ambas as perspectivas sejam indispensáveis para a compreensão e a mensuração das assimetrias sociais na distribuição de recursos, oportunidades e riscos, elas deixam à sombra um conjunto de determinantes culturais que exacerbam os mecanismos de reprodução, naturalização e legitimação das desigualdades, bem como das diversas formas de violência que delas decorrem. A Economia Feminista tem exercido papel decisivo na explicitação e na explicação das desigualdades entre homens e mulheres. Ao superar o reducionismo intrínseco aos postulados da economia convencional (neoclássica), põe em evidência um conjunto de relações sociais estruturadas sobre as desigualdades de gênero que penalizam as mulheres em várias esferas da vida social. Figuram entre as expressões mais recorrentes dessa realidade a distribuição assimétrica dos trabalhos domésticos e de cuidados (não remunerados), as menores remunerações e oportunidades nos mercados de trabalho, as limitações de poder de decisão nos espaços privado e público, as menores oportunidades de acesso à educação e ao exercício do ócio e do lazer.

No mundo rural, particularmente na agricultura familiar, as análises econômicas feministas têm contribuído para descortinar e denunciar os mecanismos de dominação masculina bloqueadores da plena efetivação de direitos sociais, da justiça distributiva e da sustentabilidade ecológica nas dinâmicas de desenvolvimento rural. Para tanto, dialogam com a economia ecológica, atualizando os entendimentos sobre o funcionamento econômico do campesinato contemporâneo. A convergência entre essas duas perspectivas analíticas joga luzes sobre os fluxos econômicos não mercantis, inclusive os intercâmbios com a natureza, demonstrando que os trabalhos dedicados à produção econômica e à reprodução social e ecológica dos agroecossistemas integram-se em um todo orgânico e indivisível. Contribui assim para ressaltar o desbalanço existente entre a importância econômica do trabalho das mulheres e a desigual repartição de riqueza e de poder no seio das famílias agricultoras.

Por meio de análises de experiências sistematizadas em diferentes regiões brasileiras e no exterior, esta edição da *Revista Agriculturas* apresenta algumas facetas desse amplo universo de reflexão teórica e ação política. Duas lições mutuamente complementares podem ser apreendidas da leitura dos artigos: 1) Estratégias voltadas à universalização e à isonomia de direitos devem estar embasadas em uma compreensão das desigualdades sociais que ultrapasse o limitado alcance dos indicadores econômicos convencionais, exigindo abordagens capazes de captar a materialidade biofísica das distribuições desiguais de recursos e que atribuam centralidade ao trabalho humano nos processos da geração de riquezas sociais. Ao fim e ao cabo, isso implica dizer que a boa ciência crítica é anticapitalista; 2) A superação das desigualdades de gênero nas várias esferas de organização social é condição essencial para o avanço de perspectivas de desenvolvimento rural fundamentadas no trabalho dedicado à reprodução da *vida*. Em termos sintéticos, significa dizer que, como ciências críticas, a Economia Feminista e a Agroecologia reforçam-se mutuamente, iluminando caminhos para uma sociedade mais justa e sustentável.

O editor



ISSN: 1807-491X

Revista *Agriculturas*: experiências em agroecologia v.12, n.4  
(corresponde ao v. 31, nº4 da Revista Farming Matters)

Revista *Agriculturas*: experiências em agroecologia é uma publicação da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, em parceria com a Fundação ILEIA – Holanda.

Rua das Palmeiras, n.º 90  
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 22270-070  
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363  
E-mail: revista@aspta.org.br  
www.aspta.org.br

PO Box 90, 6700 AB Wageningen, Holanda  
Telefone: +31 (0)33 467 38 75 Fax: +31 (0)33 463 24 10  
www.ileia.org

### CONSELHO EDITORIAL

**Claudia Schmitt**

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

**Eugênio Ferrari**

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM e Universidade Federal de Viçosa

**Ghislaine Duque**

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

**Jean Marc von der Weid**

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

**Maria Emília Pacheco**

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase - RJ

**Romier Sousa**

Instituto Técnico Federal – Campus Castanhal

**Sílvio Gomes de Almeida**

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

**Tatiana Deane de Sá**

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - Embrapa

### EQUIPE EXECUTIVA

**Editor** – Paulo Petersen

**Produção executiva** – Adriana Galvão Freire

**Assistência de edição** – Rosa L. Peralta

**Base de dados de subscritores** – Carolina Soares

**Copidesque** – Rosa L. Peralta

**Revisão** – Jair Guerra Labelle

**Tradução** – Rosa L. Peralta

**Foto da capa** – Luciano Silveira – VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, 2016 – Areal-PB

**Projeto gráfico e diagramação** – Igmáis Comunicação Integrada

**Impressão:** Reproset

**Tiragem:** 1.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a Revista *Agriculturas*: experiências em agroecologia seja citada como fonte.

## ARTIGOS

04

### PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA: AGRICULTORAS DA BORBOREMA REESCREVEM SUAS HISTÓRIAS

Adriana Galvão Freire

15

### CONSTRUINDO AUTONOMIA, TERRITÓRIO E PAZ

Sonia Irene Cárdenas Solís

20

### MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA: SEMEANDO ORGANIZAÇÃO, AGROECOLOGIA E FEMINISMO

Yamira Rodrigues de Souza Barbosa

26

### AS PRÁTICAS AUTÔNOMAS DE CUIDADO EM SAÚDE DAS DAS BRUXINHAS DE CRISTAL DO SUL (RS)

Judit Herrera Ortuño

31

### MILHO PIPOCA: MULHERES AGRICULTORAS CONECTANDO O PASSADO E O PRESENTE NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

Natália Carolina de Almeida Silva e Juliana Bernardi Ogliari

37

### MULHERES IMPULSIONAM ECONOMIAS ALTERNATIVAS NO HIMALAIA

Sarah Nischalke

42

### CADERNETA AGROECOLÓGICA: EMPODERANDO MULHERES, FORTALECENDO A AGROECOLOGIA

Antônio Augusto Lopes Neto, Auxiliadora Feital, Isabel de Luanda Lopes, Angélica Almeida e Liliam Telles

48

### É TRABALHO, NÃO É AJUDA! UM OLHAR FEMINISTA SOBRE O TRABALHO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA

Vanessa Schottz, Maitê Maronhas e Elisabeth Cardoso

54

### A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO ECONÔMICA NO TRABALHO ORGANIZATIVO COM MULHERES RURAIS DO SERTÃO DO PAJEÚ (PE)

Ana Paula Lopes Ferreira e Emma Siliprandi







**PELA VIDA DAS  
MULHERES E PELA  
AGROCOLOGIA:**  
agricultoras da Borborema  
reescrevem suas histórias

■ Adriana Galvão Freire

*Não sou escrava, nem sou objeto/ Para se fazer de mim o que bem quer/  
Não tenho dono, não sou propriedade/ Eu quero liberdade, me deixa ser  
mulher/ Eu quero ser/ me deixa ser/ O que mereço/ Eu quero ser quem  
sou/ Eu tenho meu valor/ E este não tem preço.*

# A

letra da música que se tornou o hino na luta por autonomia, pelo fim de toda forma de opressão e violência contra as mulheres, por justiça social e pela afirmação da Agroecologia foi entoada a uma só voz

por mais de cinco mil camponesas vindas de todos os municípios que compõem o Polo da Borborema e de outras regiões do estado da Paraíba. Vestidas de branco ou de lilás, de chapéu na cabeça e bandeira na mão, as mulheres foram ocupando as ruas do centro da cidade de Lagoa Seca para participarem de mais uma *Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia* que, em 2015, chegou à sexta edição.

Motivadas pela peça de teatro *Zefinha vai casar*, trocaram testemunhos e debateram sobre as diferentes formas de violência, no corpo e na vida das mulheres. Ao final da manhã, após ouvirem depoimentos e de afirmarem o valor de sua contribuição econômica e produtiva para a agricultura familiar numa grande feira de *saberes e sabores*, as mulheres retornaram às suas comunidades para seguir marchando pela construção de uma sociedade mais justa. Agora, mais fortalecidas e encorajadas pela dor, pela solidariedade, pelo conhecimento e pela alegria das companheiras, sentem que não estão mais sós e que, juntas, podem enfrentar as raízes das desigualdades de gênero no meio rural.

Este artigo pretende trazer à luz a trajetória de ação do Polo da Borborema – um fórum de sindicatos e organizações da agricultura familiar que articula 14 municípios e mais de 5 mil famílias do Agreste da Borborema. Com a assessoria da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, o Polo consolidou uma rede de agricultoras-experimentadoras que vem promovendo transformações profundas na vida de centenas de mulheres e vem protagonizando a construção de um projeto de desenvolvimento em base agroecológica para a região.

## UMA REDE DE AGRICULTORAS-EXPERIMENTADORAS

Inspirado pela prática inovadora de três sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais (Solânea, Remígio e Lagoa Seca) – que, assessorados pela AS-PTA, desenvolveram estratégias de ação capazes de incidir sobre a essência da problemática da agricultura familiar da região –, o Polo da Borborema reorientou, no início dos anos 2000, sua ação em torno da construção de um projeto coletivo de desenvolvimento local baseado no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção da Agroecologia.

No decorrer dos últimos 15 anos, foi sendo consolidada uma intensa dinâmica de experimentação de inovações por meio de processos coletivos de aprendizagem assentados na revalorização dos conhecimentos locais sobre o manejo dos agroecossistemas. Foram também realizados inúmeros diagnósticos coletivos, mobilizando um

amplo acervo de saberes que se abre para a busca de novos conhecimentos dirigidos à superação dos obstáculos técnicos, econômicos e sócio-organizacionais para a produção agroecológica. No curso dessa trajetória, vivenciou-se uma crescente expansão social e geográfica de inovações técnicas e sócio-organizativas no território.

Embora a trajetória bem-sucedida das famílias agricultoras se devesse em grande parte ao paulatino envolvimento das mulheres, a cultura patriarcal permanecia impregnada na organização familiar e institucional. Ao invisibilizar e desqualificar o conhecimento, o trabalho e os resultados econômicos das mulheres, restringindo a sua participação e o exercício integral de suas capacidades, esse quadro de desigualdades entre homens e mulheres constituía uma barreira para a plena incorporação da Agroecologia na região.

O enfoque de gênero na ação do Polo começou a ganhar força e consistência com a realização, em 2002, de um diagnóstico no qual um grupo de agricultoras de diferentes municípios aceitou o desafio de refletir sobre a organização e as formas de inserção de seu trabalho produtivo no âmbito da unidade familiar, a partir do seu local e de seu cotidiano. Elas apontaram, em especial, a casa e o espaço do entorno (nomeado de *arredor de casa*) como as principais áreas de atuação e expressão de sua capacidade produtiva. Foram então identificadas as partes constituintes e as múltiplas funções do *arredor de casa* para o funcionamento produtivo e de cuidado da casa e da família. Também foram levantados os principais desafios para seu aprimoramento técnico e visibilidade social. Refletiram também sobre possíveis formas de superarem coletivamente os problemas por elas identificados.

V Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia - 4 mil mulheres nas ruas de Massaranduba (PB), em 2013, na luta por direitos



Foto: Luciano Silveira

“  
AO INVISIBILIZAR E  
DESQUALIFICAR O  
CONHECIMENTO, O  
TRABALHO E OS RESULTADOS  
ECONÔMICOS DAS  
MULHERES, RESTRINGINDO  
A SUA PARTICIPAÇÃO E O  
EXERCÍCIO INTEGRAL DE  
SUAS CAPACIDADES, ESSE  
QUADRO DE DESIGUALDADES  
ENTRE HOMENS E  
MULHERES CONSTITUÍA  
UMA BARREIRA PARA A  
PLENA INCORPORAÇÃO DA  
AGROECOLOGIA NA REGIÃO.

Por ser uma região de elevada concentração da agricultura familiar, a Borborema passou – e ainda passa – por um processo de minifundização, o que levou o arredor de casa, um espaço rico em fertilidade e umidade, a ser gradativamente ocupado pelos roçados, espaços produtivos geralmente coordenados pelos homens. Embora não tenha desaparecido por completo, esse pedaço de terra passou a ser um campo de conflitos de interesses, aumentando a vulnerabilidade econômica e social das agricultoras, criando situações de extrema subordinação e pobreza das mulheres.

A partir de um *Seminário Regional sobre os Arredores de Casa*, com a participação de cerca de 150 mulheres, fomentou-se um processo de experimentação voltado para a revitalização e o reordenamento desse espaço. O trabalho partiu justamente da revalorização e da visibilidade dos conhecimentos das mulheres sobre as práticas tradicionais, como a gestão da água, incluindo as práticas de reuso; o resgate das plantas medicinais; o papel das cercas na organização e na otimização dos arredores de casa; o significado das pequenas criações para a economia doméstica; a função do quintal na fertilidade do solo e no teste de novas variedades de sementes, etc.

O grupo que participou do diagnóstico ajudou a encontrar experiências exitosas de gestão do arredor de casa que foram sistematizadas e socializadas durante o seminário e, mais tarde, em uma reunião ampliada do Polo da Borborema. O surgimento de novas demandas levou o Polo a constituir a Comissão de Saúde e Alimentação<sup>1</sup> que passou desde então a funcionar como espaço para planejar, executar e monitorar as ações de experimentação e formação das agricultoras.

Incorporando os princípios metodológicos já empregados na assessoria ao Polo da Borborema, o seminário foi o ponto de partida para o estímulo e o fortalecimento de uma dinâmica de intercâmbios de agricultora a agricultora. Motivadas pela necessidade de superação de uma problemática técnica, as mulheres passaram a visitar experiências dentro e fora de seus municípios. A Comissão de Saúde e Alimentação coordenou o processo e atuou politicamente no sentido de assegurar os recursos necessários para que as mulheres pudessem experimentar e adaptar inovações de manejo em seus quintais.

Depois do diagnóstico do arredor de casa, foram realizados outros tantos estudos da realidade da região que mobilizaram novos conhecimentos sobre a gestão dos arredores de casa e sobre a inserção e o significado do trabalho das mulheres nos agroecossistemas. Os estudos abordavam temas específicos, desde as plantas medicinais, as pequenas criações e as frutas nativas até meios para a superação da pobreza, avaliação da produção econômica nos quintais, entre outros. A su-

<sup>1</sup> Para gerir o Programa de Formação em Agroecologia, o Polo da Borborema se organiza em Comissões Temáticas: Água, Sementes, Criação Animal, Cultivos Ecológicos, Mercado e Saúde e Alimentação.

cessão de estudos foi fundamental para a sistematização de conhecimentos acumulados pelas mulheres que ainda estavam dispersos e pouco visíveis, inclusive por elas mesmas.

Esses estudos também foram determinantes para o incentivo à inovação por meio da experimentação local, na medida em que favoreceram a livre circulação de conhecimentos e estimularam o espírito criativo para qualificar os sistemas produtivos das agricultoras. Os intercâmbios, por outro lado, foram essenciais para a quebra do isolamento dessas mulheres, ao possibilitar que elas se encontrassem e se reconhecessem, viabilizando uma paulatina ruptura das barreiras culturais que as prendiam na cozinha de casa. Esses encontros contribuíram ainda para a afirmação da identidade coletiva de *agricultoras-experimentadoras*, que passou também a marcar um lugar político na dinâmica do Polo da Borborema.

Do campo para a cidade, 5 mil mulheres participaram da sétima edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia



Foto: Luciano Silveira

A reconquista material e a ressignificação simbólica do quintal como área de propriedade e domínio da mulher; a sua reorganização produtiva; a geração de renda; a aquisição de bens – como cisternas, telas de arame ou animais – via políticas públicas ou, principalmente, pela capacidade de se auto-organizar por meio de Fundos Rotativos Solidários provocaram duas grandes mudanças de percepção fundamentais para a consolidação do trabalho. A primeira foi o reconhecimento do arredor de casa como um subsistema importante dentro do estabelecimento familiar por sua capacidade de gerar riquezas, segurança e soberania alimentar e bem-estar para a família. Em segundo lugar, à medida que as agricultoras reasumem o domínio do espaço, vão conseguindo tomar iniciativas na produção e na economia com êxito, assim como vão conquistando mais poder nas esferas pública e privada.

### FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO: UMA FERRAMENTA PARA A APRENDIZAGEM SOBRE AUTONOMIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO

Ao estimular os intercâmbios entre as agricultoras, foi necessário dar condições às mulheres de repetirem a experiência em sua casa. A Comissão de Saúde e Alimentação passou então a apoiar a organização nas comunidades rurais de Fundos Rotativos Solidários (FRS), destinados a financiar a implantação de um conjunto de inovações em suas propriedades. Os FRS são sistemas econômicos que têm como base os laços sociais de reciprocidade e ajuda mútua e o resgate das práticas de partilha preexistentes nas comunidades rurais. O resultado foi um número crescente de grupos de mulheres agricultoras se organizando em torno da constituição e da gestão dos Fundos Solidários espalhados por mais de 90 comunidades do Polo da Borborema. Dessa forma, a rede de agricultoras-experimentadoras passou a envolver mais de 1.300 mulheres na região.

Para além da democratização do acesso às inovações e aos seus conhecimentos associados, os FRS e os intercâmbios cumprem muitas funções na formação política das mulheres, seja no exercício da auto-organização, seja na superação das desigualdades e da opressão. Sair de casa e voltar com a possibilidade concreta de promover o bem-estar de toda a família é conquistar o direito de interferir também nas redes sociais em que as agricultoras estão inseridas, mudando sua relação com os demais membros da casa. Adquirir um bem com sua própria capacidade é ter a chance de superar a privação de recursos financeiros para construir e/ou implementar suas escolhas e, sobretudo, beneficiar-se delas.

A trajetória de superação construída pelas mulheres do Polo da Borborema, contudo, não se fez sem conflitos. Durante o percurso, viveu-se a ampliação de tensionamentos reveladores das diversas formas de opressão e dominação das mulheres ancoradas em uma cultura patriarcal. Tais fatos cobraram um aprofundamento da reflexão sobre as desigualdades de



**OS INTERCÂMBIOS FORAM ESSENCIAIS PARA A QUEBRA DO ISOLAMENTO DAS MULHERES, AO POSSIBILITAR QUE ELAS SE ENCONTRASSEM E SE RECONHECESSEM, VIABILIZANDO UMA PAULATINA RUPTURA DAS BARREIRAS CULTURAIS QUE AS PRENDIAM NA COZINHA DE CASA.**

gênero e o reconhecimento de que, sem entendê-las e questioná-las, não se avançaria na construção de um projeto político emancipador da agricultura familiar no território.

### SUPERANDO AS OPRESSÕES E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Ao final de 2007, o Polo da Borborema e a AS-PTA se desafiaram a olhar para a realidade buscando pistas para a compreensão de como essas mudanças na vida das mulheres se concretizaram, ou quais seriam as oportunidades e as barreiras para sua efetivação. A ideia era construir uma estratégia mais clara de ruptura com o patriarcalismo e o machismo. Esse trabalho foi inaugurado com a *Oficina sobre as relações sociais entre homens e mulheres*. Tomando como foco a sustentabilidade dos sistemas em processo de transição agroecológica, a oficina se

Aprimoramento dos sistemas produtivos e geração de renda por meio do trabalho das mulheres



baseou na sistematização de três casos significativos nos quais as mulheres passaram a assumir papéis de destaque na promoção da Agroecologia. Junto com as agricultoras, buscou-se refletir e questionar o quadro de subordinação das mulheres e identificar e dar visibilidade às estratégias de superação das desigualdades nas relações sociais.

Um desses casos voltou a ser estudado com profundidade durante o processo de sistematização promovido pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).<sup>2</sup> A partir da experiência da agricultora Vanda,

<sup>2</sup> Esse processo de sistematização é abordado em outro artigo publicado nesta mesma edição: *É trabalho, não é ajuda!*: um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na Agroecologia (ver pág. 48)

a assessoria e algumas lideranças da Comissão de Saúde e Alimentação puderam refletir sobre as formas de expressão das desigualdades vividas no trabalho, na utilização do espaço, do seu tempo e da renda, no reconhecimento social de seu papel e nas relações de poder, tanto no âmbito privado quanto no público. Nesse momento, portanto, foi possível analisar como Vanda conseguiu abrir tantas portas, como a própria agricultora simbolicamente chamou as etapas vivenciadas em sua trajetória de superação da condição de subordinação para o despontar de uma nova liderança.

Os elementos de análise construídos durante a sistematização foram fundamentais para o aprofundamento do trabalho na região, agora incorporando explicitamente o debate sobre desigualdades das relações de gênero. A crítica ao patriarca-



Foto: Adriana Galvão Freire

contribuiu decisivamente para abrir muitas outras portas.

Para subsidiar esses momentos de formação política e de problematização da própria vivência, tem-se investido, a cada ano e para cada tema, na produção de metodologias e materiais pedagógicos. O primeiro deles foi a transformação em audiovisual da sistematização da vida de Vanda. Esse vídeo foi apresentado e debatido durante todo o processo preparatório da primeira *Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia*. Além das sistematizações, as experiências de muitas mulheres passaram a ser organizadas em esquetes, vídeos, vídeo-novelas, místicas, poesias, cordéis, músicas, painéis para debate sobre divisão sexual do trabalho, etc.

Mas o instrumento que causou mais impacto foi a peça de teatro sobre a família fictícia composta pelo casal Margarida e Biu e seus filhos Tonho e Zefinha. A cada ano, o roteiro da peça narra diferentes situações de violência e opressão vividas pelas mulheres da família que nascem a partir da escuta de muitas histórias dentro dos processos preparatórios às Marchas. E é justamente por isso que as

agricultoras se identificam tanto. Agora é Margarida que empresta sua vida para que se possa desnaturalizar o lugar secundário, *inessencial* em que a mulher é colocada na ordem da sociedade.

## A MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA

Há seis anos, o Polo da Borborema e a AS-PTA organizam a *Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia* como um momento de denúncia e de grande visibilidade pública dessas desigualdades.

A primeira edição da Marcha aconteceu em 2010, no município de Remígio (PB), com a participação de 700 mulheres. Nos anos seguintes, o que se observou foi a adesão de um crescente número de participantes. Em 2015, a sexta edição levou às ruas de Lagoa Seca mais de 5 mil camponesas, mostrando ser um movimento positivo de retroalimentação entre os processos de experimentação e politização do trabalho. Se, no início dessa trajetória, era a base de experimentadoras que saía às ruas, hoje a Marcha é também um pon-

do, a discussão sobre estratégias para a sua desnaturalização e a reflexão sobre o que isso significa para a sociedade em que estão inseridas passaram a ser elaboradas nos espaços de interação proporcionados pela rede de experimentação agroecológica. Portanto, foram debates e reflexões ancorados na realidade concreta e no ambiente cultural no qual as mulheres agricultoras vivenciam suas lutas do cotidiano. Depois de Vanda, muitas outras mulheres sentiram-se encorajadas a abrir um mundo antes velado, inacessível. Nesse sentido, ao expor sua história de vida ao debate público, Vanda



**A CRÍTICA AO PATRIARCADO, O DEBATE SOBRE ESTRATÉGIAS PARA A SUA DESNATURALIZAÇÃO E A REFLEXÃO SOBRE O QUE ISSO SIGNIFICA PARA A SOCIEDADE EM QUE ESTÃO INSERIDAS PASSARAM A SER ELABORADAS NOS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO PROPORCIONADOS PELA REDE DE EXPERIMENTAÇÃO AGROECOLÓGICA.**



A superação da violência e o fim da impunidade é tema constante nas atividades de formação preparatórias à Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia

to de partida para que muitas passem a procurar seus sindicatos para se integrar ao trabalho com a Agroecologia.

Cada edição da Marcha é precedida por um intenso processo de sensibilização e formação das mulheres, mas também dos homens do movimento e da equipe de assessoria. São realizados encontros de mulheres nos 14 municípios que fazem parte do Polo da Borborema e, a cada ano, é trabalhada uma metodologia voltada a desnaturalizar as amarras culturais que determinam as desigualdades sociais entre os sexos. Há ainda o estímulo para que novos encontros e conversas aconteçam em seus grupos de fundos rotativos, beneficiamento, associação comunitária ou mesmo entre vizinhas. Foram distribuídas mil cópias do vídeo *A vida de Margarida*, a fim de que as mulheres tivessem autonomia para animar os novos debates.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> O vídeo está disponível em <http://aspta.org.br/2013/03/video-a-vida-de-margarida/>

Esse momento preparatório também é repetido nos demais espaços organizativos do Polo, reunindo um público misto das equipes técnicas do Polo da Borborema e da AS-PTA. Nessas ocasiões, há fortes testemunhos ora carregados de dor, ora de alegria pela superação da violência. Dessa forma, a superação das desigualdades e da violência não é mais vista como uma questão só das mulheres, tornou-se uma questão de justiça social, uma ação política dos sindicatos.



Foto: Luciano Silveira

## SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA – O CASO ANA ALICE

O tema das diversas formas de manifestação da violência contra as mulheres foi abordado desde a construção da primeira edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Os materiais pedagógicos produzidos, sobretudo a peça teatral e o vídeo *A vida de Margarida* (sendo *Zefinha quer casar* um segundo episódio), facilitavam a compreensão das violências sexual, física, psicológica, moral e patrimonial.

Contudo, o tema da violência física e sexual ganhou força quando uma jovem militante do Polo da Borborema foi brutalmente violentada e assassinada em 2012.

Com o desaparecimento da jovem, não houve outro caminho que converter a dor em luta, tomando o fim da impunidade como bandeira. Diversas instituições se organizaram em torno do *Comitê de Solidariedade Ana Alice* e foi por meio dele que se conseguiu descobrir o corpo da jovem 50 dias após o seu desaparecimento.

No dia 18 de agosto de 2015, finalmente o assassino foi a júri popular e condenado a 34 anos de reclusão. Nessa trajetória, o Comitê pôde atuar em outros casos de violência contra a mulher. Todos igualmente com sucesso na condenação dos culpados.

O conjunto de ações do Comitê Ana Alice foi estratégico no trabalho de desnaturalização da violência contra a mulher. As mulheres do Polo da Borborema não aceitaram mais se calar diante de qualquer tipo de violação de seus corpos e direitos.

## NÃO HÁ TEMPO PARA BAIXAR AS BANDEIRAS

Com o processo contínuo de formação das lideranças e das equipes, o tema das mulheres passou a ser incorporado na ação das demais Comissões Temáticas do Polo da Borborema. A primeira, e a mais importante, aproximação foi com a Comissão da Água. Com a chegada no território do Programa Uma Terra e Duas Águas (PI+2) da Articulação no Semiárido (ASA), que favorecia a construção de cisternas de 52 mil litros de água para a produção de alimentos, o Polo e a AS-PTA optaram por destinar a infraestrutura hídrica, num primeiro momento, aos arredores de casa, visando ao fortalecimento do trabalho conduzido pelas mulheres. Foi então elaborado um programa de formação específico em que se conseguiu ampliar a leitura sobre a importância do arredor de casa e dessas cisternas para a produção de alimentos, mas também contemplava um diagnóstico da divisão do trabalho produtivo na unidade familiar buscando dar visibilidade ao papel da mulher nos agroecossistemas. Além disso, o material pedagógico elaborado para enriquecer esse debate contribuiu para a capilarização sobre as reflexões relacionadas às desigualdades das relações de gênero nas comunidades da região. De forma semelhante, ao se discutir internamente à Comissão de Cultivos Ecológicos a produção de alimentos livre de agrotóxicos, por exemplo, passaram a ser concebidas e consideradas as necessidades específicas da produção das mulheres.

Posso dizer que foi a partir do momento que eu fui à primeira marcha que hoje eu estou de pé e posso caminhar. Ligória, agricultora-experimentadora do município de Esperança



As mulheres foram então ampliando sua inserção em todos os espaços. Estão em todas as Comissões Temáticas, marcando presença também na coordenação do Polo da Borborema, em seus sindicatos, na gestão de fundos rotativos, nas feiras agroecológicas e na gestão de empreendimentos. Elas estão ainda na representação em Conselhos Municipais, levando com precisão e qualidade o projeto político do Polo.

O sucesso dessa abordagem metodológica foi ter vinculado a experimentação agroecológica com a reflexão sobre as desigualdades de gênero, criando um ambiente de reflexão crítica propício para a construção de novos conceitos sobre o papel de homens e mulheres na agricultura familiar.

No entanto, no dizer das lideranças do Polo, *não há tempo para se baixar as bandeiras, a luta é todo dia*. O ambiente de diálogo criado no território permitiu que os tensionamentos – no interior das famílias, mas também nos espaços públicos – sejam constantemente en-

frentados. Nessa lógica de superação de conflitos, as relações e a cultura vão pouco a pouco assumindo contornos mais justos e solidários. Ainda longe de ser o ideal, é bem verdade. Mas o mais importante é que o movimento desses homens e mulheres está conseguindo marcar um lugar de sujeito histórico na luta por transformações sociais, na luta pela vida das mulheres e pela Agroecologia.

**ADRIANA GALVÃO FREIRE**  
assessora técnica da AS-PTA  
adriana@aspta.org.br



Agricultora Ismenia  
trabalhando em sua  
propriedade agroecológica

Foto: Jan de Jong

# Construindo **AUTONOMIA,** TERRITÓRIO E PAZ

■ Sonia Irene Cárdenas Solís

*Em meio ao conflito de uma década na Colômbia, a Agroecologia surgiu como uma estratégia para ajudar as mulheres a lidar com os efeitos perversos da guerra e, ao mesmo tempo, alimentar suas famílias. A Associação de Mulheres Organizadas da cidade de Yolombó (Amoy), no departamento de Antioquia, não só promove atividades agroecológicas, mas também oferece apoio para que as mulheres enfrentem os horrores da guerra, ao propiciar um espaço em que elas podem expressar seus medos e sofrimentos, encontrar refúgio e desenvolver estratégias para se proteger dos grupos armados.*

**N**os últimos 50 anos, cerca de 5,2 milhões de agricultores colombianos foram expulsos de suas terras e cerca de oito milhões de hectares de terras agrícolas foram tomados de seus proprietários devido ao conflito armado interno da Colômbia. A guerra e as políticas neoliberais causaram muito sofrimento, especialmente para as mulheres agricultoras. Buscando superar essa situação, muitas mulheres começaram a participar de iniciativas de inovação agroecológica, assegurando o abastecimento alimentar e, ao mesmo tempo, lutando por justiça social e ambiental. Um bom exemplo desse fenômeno é a experiência da *Associação de Mulheres Organizadas de Yolombó (Amoy)*, que sinaliza como a **Agroecologia pode contribuir para a transformação das relações de poder historicamente marcadas pela subordinação das mulheres.**

As integrantes da Amoy se reuniram pela primeira vez em 1994, alguns anos antes da escalada do conflito armado. Elas discutiram problemas como a escassez de água, o desmatamento, a degradação dos solos e a diminuição da diversidade das culturas alimentares. Nas palavras de uma das associadas: *Estamos preocupadas porque não estamos conseguindo alimentar nossas famílias. Devemos trabalhar em conjunto para melhorar as nossas vidas e cuidar do meio ambiente para que os nossos recursos não desapareçam.* Elas começaram a questionar por que tinham tão pouco acesso ao crédito, por que não possuíam terras, por que não tinham acesso algum a tecnologias e por que elas possuíam tão poucos animais e lavouras. Além disso, identificaram que gastavam muito tempo cuidando de suas famílias porque, por exemplo, eram obrigadas a andar

longas distâncias para conseguir água e lenha. A partir dessas reflexões, buscaram mecanismos para aumentar sua renda e investir em questões que consideravam primordiais: educação, saúde e melhores condições de moradia.

As mulheres queriam imprimir mudanças profundas em suas vidas para passarem a ter perspectivas de um futuro digno para si e para seus filhos. Ninguém, incluindo as próprias mulheres, valorizava o seu trabalho árduo e, conseqüentemente, a sua autoestima era muito baixa. Durante as reuniões promovidas pela Amoy, elas refletiram e perceberam que uma das principais causas desses problemas era a falta de autonomia, que envolvia a falta de poder de decisão e a falta de acesso aos meios de produção. Para empoderar as mulheres, a Amoy combinou o enfoque agroecológico com a abordagem ecofeminista. Dessa forma, busca assegurar a satisfação das necessidades de subsistência ao fortalecer a estreita relação que elas mantêm com a natureza.

## A ABORDAGEM DA AMOY

A abordagem de transição agroecológica empregada pela Amoy tem como foco central aumentar os níveis de autonomia das mulheres. Do ponto de vista sociopolítico, isso implica a ligação das mulheres com os movimentos sociais que lutam por justiça social e ambiental. Do ponto de vista ecológico, significa recuperar a sustentabilidade dos sistemas de produção e conservar os ecossistemas do entorno. Na dimensão econômica, fortalece as estratégias de autoabastecimento com base na revalorização dos conhecimentos locais e nas capacidades de inovação e de apoio mútuo.

## PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS ELEVAM GRAU DE AUTONOMIA DAS MULHERES

Por meio da participação na Amoy, as mulheres começaram a aplicar sistematicamente fertilizantes orgânicos e práticas de conservação do solo, diminuindo a sua dependência de insumos agroquímicos e fortalecendo sua autonomia. Hoje, 87% dos estabelecimentos agrícolas fabricam seus próprios fertilizantes orgânicos, enquanto 62% dos animais são alimentados com produtos e resíduos gerados na própria unidade produtiva. A introdução de tecnologias adequadas, tais como biocompostagem, secadores solares e fogões ecoeficientes, contribuiu para economizar energia e tempo gasto na coleta de lenha. Com o incentivo à manutenção da agrobiodiversidade, várias espécies cultivadas localmente foram salvas da extinção, assim como houve o resgate de diversas práticas alimentares da cultura local. De acordo com um inventário recente, as mulheres atualmente cultivam, no total, 82 espé-

cies alimentícias, medicinais e forrageiras. Além disso, sete espécies de animais domésticos são criadas, incluindo 13 raças locais de galinhas. As mulheres conseguiram se capitalizar por meio do aumento da produção, da implantação de um sistema de crédito, bem como da criação de um fundo rotativo para a aquisição de animais e materiais (os recursos são empregados, por exemplo, para a construção de estábulos ou a fabricação de preparados biológicos).

Para melhorar seus meios de vida, as mulheres da Amoy decidiram priorizar a produção de alimentos para o autoconsumo e a diversificação das explorações agrícolas, lançando assim as bases para uma economia viável e estável, em vez de depender das imprevisíveis flutuações do mercado. Atualmente, os estabelecimentos agrícolas produzem mais da metade dos alimentos que compõem a dieta das famílias, enquanto a outra metade é obtida por meio de trocas ou doações de parentes e vizinhos ou ainda por meio da compra nos mercados.



Produção diversificada é chave para a segurança alimentar e nutricional

Foto: Jan de Jong



Dora em sua terra comprada por meio de microcrédito do AMOY



Agrofloresta permite produção intensiva e diversificada em áreas pequenas

## “ PARA MELHORAR SEUS MEIOS DE VIDA, AS MULHERES DA AMOY DECIDIRAM PRIORIZAR A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO E A DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS, LANÇANDO ASSIM AS BASES PARA UMA ECONOMIA VIÁVEL E ESTÁVEL, EM VEZ DE DEPENDER DAS IMPREVISÍVEIS FLUTUAÇÕES DO MERCADO

As mulheres foram pouco a pouco aumentando seu grau de autonomia por meio do desenvolvimento de estratégias para melhorar o acesso a recursos. Compartilharam seus animais e ferramentas de acordo com as suas necessidades e fizeram pequenos empréstimos de fundos rotativos e fontes de microcrédito. Graças a esses mecanismos, conseguiram adquirir seus próprios animais e, em alguns casos, adquirir as casas onde vivem e as terras que cultivam. Em sua luta por autonomia, as mulheres também conseguiram imprimir transformações no seio da própria família, tornando-se menos subordinadas e reagindo à violência doméstica. Segundo uma delas: *Ao conquistar novas fontes de renda e recursos para a produção, a nossa posição em nossas casas mudou.* Agora elas são mais respeitadas por seu conhecimento e trabalho, e seus maridos estão se envolvendo cada vez mais na agricultura. A elevação da autoestima e o crescente acesso aos recursos produtivos reafirmaram o papel das mulheres como produtoras de alimentos e contribuíram para a construção de uma identidade com base em suas próprias forças e capacidades.

### A ESCALADA DO CONFLITO

A abordagem da Amoy provou ser poderosa nas práticas do dia a dia, mas também foi importante no enfrentamento de situações críticas relacionadas ao conflito armado do país. Poucos anos depois da fundação da Amoy, a crise na Colômbia agravou-se seriamente. No final da década de 1990, houve a escalada do conflito armado,

e a vida das mulheres estava continuamente em risco. Durante esse período violento, cerca de 50 pessoas foram mortas na cidade de Yolombó e cerca de 700 abandonaram a região. Grupos paramilitares tomaram terras de muitas pessoas, especialmente de mulheres, assim como proibiram expressamente a realização de reuniões comunitárias, o que também impedia que as mulheres continuassem com as discussões e o desenvolvimento de estratégias de longo prazo baseadas na Agroecologia. Mais grave ainda, houve períodos em que as partes em conflito obrigaram os agricultores a entregar seus animais e plantações. Diante disso, as mulheres decidiram reduzir o número de animais, o que comprometeu o processo de transição agroecológica.

Naquela época, a prioridade era garantir a sobrevivência e a autossuficiência no dia a dia, já que era muito difícil comprar alimentos nos mercados. A Amoy participou do movimento *Rota Pacífica das Mulheres*, que luta contra a guerra e propõe a negociação política como uma saída para o conflito armado. Ao fazer parte desse movimento, a Amoy ganhou legitimidade e força para levantar publicamente as bandeiras pela verdade, justiça e reparação.

Em 2000, depois de dois anos de proibição das reuniões comunitárias, os grupos de mulheres foram reativados e aquelas que retornaram a Yolombó receberam ajuda da Amoy na forma de sementes e animais para reprodução. A associação priorizou projetos de



Foto: Sonia Cárdenas

reconstituição dos sistemas agrícolas. Por meio desse trabalho, a organização ajudou suas integrantes a superar os horrores da guerra. Era um espaço em que elas podiam expressar seus medos e sofrimentos, encontrar refúgio e desenvolver estratégias para se proteger dos grupos armados. A Amoy organizou eventos rituais simbólicos em memória das vítimas e para ajudar a curar as feridas da comunidade. Os rituais consistiam, por exemplo, em evocar o nome dos mortos e reverenciar suas almas, ao plantar coletivamente culturas forrageiras em lugares onde ocorreram massacres.

Desde 2005, muitas pessoas, especialmente homens jovens, abandonaram o campo. Em parte, devido ao conflito, mas também em função da falta de políticas que promovam a agricultura familiar e da constante deterioração dos recursos naturais por meio do desmatamento, da erosão e das atividades mineradoras. Nesse contexto, a Amoy continua a se reinventar, aprimorando as práticas agroecológicas que garantem a segurança alimentar e as fontes de renda nos mercados locais, com base no empoderamento e na solidariedade das mulheres.

## RUMO A UM FUTURO DE PAZ

Após essa década de violência, ainda há muitas fronteiras a transpor. A migração masculina continua intensa, o que faz com que a Agroecologia permaneça sendo uma estratégia conduzida principalmente por mulheres. Um grande



A diversidade produtiva do sítio de Sofia.

obstáculo é a ausência de perspectiva de um acordo duradouro de paz. Nesse sentido, as atuais negociações em Havana entre a guerrilha e o governo dão esperança de que um período de estabilidade virá, proporcionando melhores condições para o avanço do processo de transição agroecológica em Yolombó.

A trajetória da Amoy representa um caminho de reflexão coletiva e aprendizagem permanente e mostra que a transição agroecológica não pode ser vista de forma desassociada de outros aspectos da vida, especialmente em um contexto de conflito violento. A abordagem da Amoy de interligar subsistência, sustentabilidade e autonomia provou ser particularmente eficaz para as suas integrantes, especialmente ao vincular as estratégias de práticas agrícolas com o fortalecimento organizacional. Esse exemplo revela que, em circunstâncias críticas, como o conflito armado, a Agroecologia contribui para a construção de mecanismos de resistência e adaptação a situações que envolvem grandes mudanças. O processo da Amoy não foi voltado apenas para a restauração de princípios ecológicos, mas também para o fortalecimento da capacidade das mulheres de decidir sobre o seu presente e influenciar o seu futuro por meio do exercício da cidadania e da construção da confiança em suas próprias capacidades.

**SONIA IRENE CÁRDENAS SOLÍS**

Doutoranda em Recursos Naturais e Sustentabilidade na Universidade de Córdoba, Espanha, e consultora de gênero da WWF, na Colômbia  
cardosysoles@yahoo.es

Desenho: Diana Isaza | Foto: Glória Zuluaga

# MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA: semeando organização, Agroecologia e feminismo

■ Yamira Rodrigues de Souza Barbosa



## O INÍCIO DA LUTA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) possui uma trajetória de pioneirismo com relação à Agroecologia e ao feminismo, tendo começado como outros movimentos sociais rurais, a partir da atuação dos grupos de reflexão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. A primeira luta do então Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) foi motivada pela necessidade de reconhecimento público do trabalho das agricultoras e seus direitos sociais, como aposentadoria, auxílio doença e salário maternidade.

Ao longo de sua história, o movimento foi se articulando com outras organizações de mulheres trabalhadoras rurais do Brasil, formando a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AN-MTR), em meados dos anos 1990, e, por fim, assumindo a identidade de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em 2004. Possuindo caráter nacional, o MMC unifica diversas organizações de mulheres rurais, incorporando demandas em defesa de um projeto de agricultura camponesa ecológica e feminista.



Conhecimento sobre a biodiversidade nativa é um legado cultural transmitido entre gerações de agricultoras. No detalhe Edel Schneider explica sobre o uso das casacas de angico

Fotos: Yamira Rodrigues Barbosa

## ORGANIZANDO AS AÇÕES

Diante da crise na agricultura familiar nos anos 1990, provocada pela liberalização dos mercados agrícolas, e da dificuldade que as mulheres ainda enfrentavam para assegurar a soberania alimentar das famílias e obter renda própria, foi criado o Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças.

Segundo Cinelli (2012), esse programa foi assumido em novembro de 2002, na Assembleia Estadual do MMC/SC, com o objetivo de propiciar às mulheres camponesas experiência prática e teórica relacionada à recuperação, à produção e ao melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. Para

a autora, as ações do programa contribuem no processo de construção da identidade e promoção da autonomia das mulheres camponesas.

Lourdes Bodaneze é uma das lideranças envolvidas no programa. Ela vive no pequeno município de Marema, em Santa Catarina, e produz grande diversidade de alimentos numa área de apenas 2.000m<sup>2</sup>. Com paciência e busca por conhecimentos para ir melhorando o solo, ela conseguiu transformar o que antes era um terreno baldio em uma horta e um pomar, que hoje não só garantem a alimentação da família, como também geram renda. Hortaliças, doces e massas produzidos por ela são comercializados em casa e a cada quinze dias na feira do município de Xaxim. Uma parte das hortaliças é destinada



## POSSUINDO CARÁTER NACIONAL, O MMC UNIFICA DIVERSAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES RURAIS, INCORPORANDO DEMANDAS COMO A DEFESA DE UM PROJETO DE AGRICULTURA CAMPONESA ECOLÓGICA E FEMINISTA

à produção de sementes para venda ou troca. Para Lourdes, a venda é uma forma de valorizar o seu trabalho, mas ela destaca também que o sucesso de sua experiência está ligado à origem dessas sementes:

*Não se começa fazendo Agroecologia comprando semente híbrida, porque não fecha. Híbrida tem que comprar todo ano. Contam até os grãos pra vender num saco de milho. Dá uma seca perde tudo. Essa é a causa que o agricultor abandona a roça. A semente crioula é perfeita, porque ela nasceu e cresceu nesse ambiente, é acostumada, é nossa. O uso de semente crioula não traz gastos e ainda garante a resistência da planta, que, mesmo numa seca, por exemplo, vai conseguir produzir. Híbrida adoce mais, é um monte de problema. Pega uma [fruta] nativa do mato, não dá doença nenhuma, a fruta dá boa, gostosa e tem pro resto da vida. Quem faz Agroecologia precisa entrar devagar, e eu aconselho que se entre pela semente crioula.*

Lourdes também relata o início do trabalho de resgate de sementes do programa:

*Fizeram um diálogo pra ver quem tinha interesse nisso, porque esse é um ponto principal. Você não pode pegar quem não tem interesse. Depois disso, as mulheres iam visitar uma tia, avó, casal de velhos, iam lá pra conversar. Era bonito, elas enchiam os olhos de água de feliz que ficavam. Pegavam uma espiga de milho, uma trouxinha com sementes, contavam a história.*

No Encontro Estadual do MMC/SC realizado em 2003, em Curitiba, foram resgatadas 26 espécies de hortaliças, sendo 123 variedades. Feito o resgate, o desafio se voltou para a produção das sementes crioulas. Lourdes conta que o movimento começou a se organizar para conseguir projetos e fazer os encontros de formação. As mulheres que gostavam e se destacavam foram selecionadas para serem monitoras, que passaram por uma série de formações. O curso de Agroecologia e as cartilhas elaboradas por meio da parceria com

o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor<sup>1</sup> (Capa) de Erechim foram essenciais nesse processo. Foi um trabalho lento, necessitou muito estudo sobre a importância de conhecer o clima, o solo, as carências do solo. Lourdes destaca que foi a partir da compreensão do porquê as plantas produziam tão pouco que o trabalho de melhoramento se iniciou:

*Ninguém guardava as melhores sementes, deixava terminar e depois guardava o que juntava lá na roça, o que sobrava. Então ela foi ficando fraca. Precisou plantar, avaliar, selecionar. E aí perceberam que ainda não tava bom, porque o espaço era pouco. Cultivando sempre na mesma família. Aí, quando se reuniam nas comunidades, faziam as mulheres trazer as sementes e misturar entre elas (sementes da mesma variedade) e partilhar. No outro ano, de novo.*

Hoje, o programa organiza-se por meio de um grupo de monitoras e um grupo de referência com experiência na produção e no melhoramento de sementes. Além disso, conta com uma banca de sementes e realiza oficinas nos municípios.

Lourdes faz o melhoramento das sementes crioulas. Atualmente, são 44 espécies melhoradas na sua banca. Ela conta com um grupo de aproximadamente dez mulheres que ajudam no trabalho de melhoramento de cada variedade, realizado em pelo menos três anos. As espécies são plantadas sempre em consórcio, sendo feita a seleção das sementes somente em plantas saudáveis. Além do trabalho de melhoramento, Lourdes transmite o conhecimento e incentiva as mulheres a cuidar e vender suas sementes.

### AMPLIAÇÃO DA VISIBILIDADE

Com o amadurecimento do trabalho de resgate, produção e melhoria de sementes crioulas, as ações do programa se articulam com a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis promovida pelo MMC. Segundo Jalil (2009), a

<sup>1</sup> Atualmente o Capa se denomina Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia.

campanha, lançada oficialmente em fevereiro de 2007, como tema político para as mobilizações do *Dia Internacional da Mulher*, configura um instrumento de ação e intervenção política. A proposta é promover o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos e a valorização de seu trabalho e seus saberes na preservação da vida, da natureza e da diversidade.

Outra iniciativa que tem conferido visibilidade ao MMC é o reconhecimento internacional de sua experiência com as sementes crioulas por meio da participação no projeto de Implantação de Bancos Comunitários de Sementes e Capacitação para Resgate, Multiplicação, Armazenamento e Uso de Sementes Tradicionais/Crioulas em Áreas de Agricultura Familiar. O projeto é fruto de um acordo de Cooperação Técnica do Brasil para a África realizada pela Agência Brasileira de Cooperação. Além do MMC, o Movimento Camponês Popular (MCP) integra o projeto, que envolve a parceria entre os governos do Brasil, da África do Sul, de Moçambique e da Namíbia.

Apesar dos avanços, o caráter autônomo do movimento impõe dificuldades para se trabalhar de forma continuada com os grupos de mulheres, existindo uma dependência com relação à aprovação de projetos para viabilizar as atividades, o que, inclusive, levou a uma baixa no programa das sementes. No entanto, considerando a importância desse trabalho de resgate e melhoramento das espécies crioulas, percebe-se a preocupação em reanimar e reestruturar o programa. Foi realizado um encontro em julho de 2015 para retomar o grupo de referência, que se reunia duas a três vezes por ano para estudar, trocar e partilhar sementes. A renovação do programa tem como desafio a geração de renda, e não mais apenas a produção de alimentos saudáveis para autoconsumo. Percebe-se ainda a preocupação em ampliar o programa de resgate de sementes crioulas para abranger a alimentação como um todo, não apenas hortaliças. A decisão em concentrar as ações nas hortaliças se devia ao fato de que não tinha nenhuma entidade trabalhando nesse foco. Agora, com o avanço dos transgênicos e sua liberação comercial, o desafio é maior.

## ARTICULANDO OUTRAS AGENDAS DE LUTA

As sementes possuem uma simbologia que se expressa na própria luta e organização das mulheres. Para Iraci, uma das dirigentes do MMC, feminismo e protagonismo das mulheres são sementes, há muito que caminhar, mas o seu poder de germinar, crescer e gerar frutos deve ser enfatizado, sendo uma das missões do MMC.

Como podemos perceber, essa missão vem sendo reafirmada a cada dia. Em fevereiro de 2013, foi realizado o I Encontro



Encontro do MMC/SC - Centro de Formação Maria Rosa, Chapecó (SC)



Horto de plantas medicinais

Nacional do MMC, em Brasília, reunindo aproximadamente três mil mulheres de todo o Brasil. Com o lema *Na Sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher*, o MMC se propôs a aprofundar a questão, entendendo a violência como elemento do próprio sistema capitalista, buscando reafirmar a sua missão enquanto movimento autônomo, feminista, camponês e socialista. Além disso, em julho de 2014, ocorreu a XII Assembleia Estadual do MMC/SC no município de Dionísio Cerqueira, que reuniu cerca de 700 mulheres. A Assembleia, cujo lema foi *Construindo emancipação, agroecologia, autonomia, vida*, debateu as bases de um *Projeto de Agricultura Camponesa e Feminista*.

O resgate, a conservação e o uso de plantas medicinais constituem outra importante ação conduzida por mulheres



“ AS SEMENTES  
POSSUEM UMA  
SIMBOLOGIA QUE SE  
EXPRESSA NA PRÓPRIA  
LUTA E ORGANIZAÇÃO  
DAS MULHERES.  
PARA IRACI, UMA  
DAS DIRIGENTES DO  
MMC, FEMINISMO  
E PROTAGONISMO  
DAS MULHERES  
SÃO SEMENTES...

do MMC, como Rosalina Nogueira da Silva, da Linha Faxinal dos Rosas, no município de Chapecó, e Edel Schneider, da Linha Santa Terezinha, no município de Palmitos. O trabalho realizado por elas se materializa na manutenção de áreas com vegetação nativa, na construção de hortos medicinais e na transmissão de conhecimentos por meio de oficinas, em que mulheres, ligadas ou não ao movimento, aprendem a utilizar as plantas medicinais. Vale destacar ainda que o incentivo ao plantio e ao uso dessas plantas pode ser a porta de entrada para que a família se conscientize sobre os riscos do uso de agrotóxicos.

#### RECONSTRUINDO O PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO

As mulheres do MMC/SC, além de pioneiras na luta pelos direitos das mulheres, se preocupam com a saúde e a alimentação da família e buscam repassar os conhecimentos adquiridos através do uso e do estudo das plantas medicinais e da produção de sementes crioulas. Como lideranças que são,

essas mulheres se engajam em ações cujo alcance se estende para além da família e da comunidade. E o MMC é o espaço onde essas mulheres se organizam, estudam, lutam e se fortalecem.

Lourdes se sente agradecida ao movimento, pois foi ali que começou a se libertar e teve a oportunidade de estudar. Fez muitos cursos e hoje compartilha os conhecimentos e experiências que foi adquirindo. Em sua fala, ela destaca a importância do movimento para o reconhecimento do papel das mulheres:

*Ele faz ver que você é um ser humano, não é menos que o homem e que ninguém faz por você. Isso é o mais importante, ninguém faz pela gente.*

Com relação ao trabalho de resgate e melhoramento de sementes, ela enfatiza:

*O mais bonito é isso, que nós não melhoramos só a semente, a gente melhorou a vida, o amor pela vida, pra si própria, a autoestima, melhorou o jeito de tratar as pessoas na família, o jeito de olhar pra comunidade.*

Queremos destacar ainda a valorização da memória de mulheres lutadoras, de companheiras do movimento, algumas já falecidas, feministas emblemáticas e outras anônimas da história, como é o caso de Chica Pelega, guerreira do Constatado. Essas histórias de vida servem como exemplos de luta e são lembradas nos momentos de mística, encontros e ainda em materiais de formação. Nesse sentido, podemos afirmar que o MMC reconstrói a memória e constrói a própria história, orientando a constituição da identidade da mulher camponesa e feminista.

*Recuperar a história é uma forma de muitas mulheres lutarem pelo empoderamento e constituírem-se em sujeitos da história (SAVOLDI et al., 2010, p.9).*



Mandala elaborada com sementes crioulas

Dessa maneira, as mulheres camponesas de Santa Catarina foram pioneiras na luta pelo reconhecimento político enquanto trabalhadoras e continuam se organizando para valorizar o trabalho e o saber das mulheres, além de gerar renda e garantir assim sua autonomia econômica. Essas trajetórias de vida carregam as sementes para fazer brotar as mudanças necessárias nas relações entre homens e mulheres, e entre estes e a natureza.

#### YAMIRA RODRIGUES DE SOUZA BARBOSA

Engenheira Agrônoma, Especialista em Agroecologia e Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)  
yamira.rodrigues@gmail.com

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CINELLI, C. **Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças: Experiência e Identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.
- JALIL, L.M. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- SAVOLDI, A.; GEROLDI, J.; RENK, A. **Presença da “luta” com Chica Pelega: narrativas caboclas nas experiências cotidianas**. In: FAZENDO GÊNERO 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010.



Fotos: Judit Herrera Ortuño

# AS PRÁTICAS AUTÔNOMAS DE CUIDADO EM SAÚDE das bruxinhas de Cristal do Sul (RS)

■ Judit Herrera Ortuño



o município de Cristal do Sul pertence à microrregião de Frederico Westphalen, considerada a segunda microrregião *mais rural* do estado do Rio Grande do Sul, de economia baseada na produção agropecuária e parte do Território do Médio Alto Uruguai. A produção de alimentos nesse território tem suas raízes nos modos de vida dos agricultores familiares nas chamadas *novas colônias*, constituídas na região a partir de 1925. Essas primei-

ras atividades de produção caracterizavam-se pela diversificação e eram destinadas ao autoconsumo das famílias, mas foram sendo modificadas pelo processo de especialização produtiva e integração progressiva aos mercados. A partir da década de 1960 até o início dos anos 1990, a agricultura familiar do território passou por uma intensa mercantilização (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008), gerando o aumento da dependência dos agricultores a tecnologias externas e a demandas do mercado.

Mística do encontro de formação em reiki e plantas medicinais



Hoje em dia, a região se caracteriza por dois caminhos distintos de desenvolvimento. A maior parte das unidades de produção se mantém voltada ao mercado externo, produzindo especialmente grãos, como milho, soja e trigo, mas também está integrada a grandes cadeias de produção de aves, suínos, fuminicultura, entre outros (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

Esse modelo produtivista, que visa à padronização da agricultura e sua subjugação às regras mercantis, tem gerado grande vulnerabilidade econômica e social das famílias rurais, que não conseguem manter suas formas de reprodução social. Diante desse cenário, os agricultores e agricultoras familiares do Médio Alto Uruguaí têm historicamente se mobilizado, por meio da criação de *estratégias de reprodução social*, focadas na agroindústria familiar, nas associações territoriais, nas redes rurais ou cooperativas da agricultura (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008). Para Pelegrini e Gazolla (2008), pode-se dizer que esse território é o *berço do nascimento de movimentos sociais importantes hoje no Brasil*, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

## A FARMACINHA COMUNITÁRIA DAS BRUXINHAS DE CRISTAL DO SUL

Nesse contexto hostil para a reprodução dos modos de vida dos agricultores familiares e frente à percepção da necessidade de melhoria da *qualidade de vida* da comunidade, particularmente na questão da saúde, um grupo de mulheres rurais de Cristal do Sul se auto-organizou a partir de

2005. As raízes do grupo se encontram na longa trajetória de mobilização e participação das mulheres no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cristal do Sul e no MPA. Enquanto grupo formado exclusivamente por mulheres, elas iniciam nesse ano uma formação integral em plantas medicinais e feminismo com mais de trinta integrantes, orientadas por uma mestra ligada ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). No processo de organização do grupo, conseguem um espaço próprio para encontros junto às instalações da Rádio Comunitária, o *Cantinho da Felicidade*, que aos poucos vai se constituindo na Farmacinha Comunitária ou *cozinha das Bruxinhas de Deus*.<sup>1</sup>

A cerimônia de *formatura* do grupo, como elas se referem, simbolizou a postura crítica das mulheres frente ao modelo de desenvolvimento produtivista baseado no uso intensivo de agroquímicos. Na mística dessa cerimônia, que aconteceu na igreja católica central do município, uma das mulheres do grupo adentrou o espaço vestida de preto arrastando latas de agrotóxicos desde o corpo até o chão, sinalizando que o modelo de saúde que o grupo pretende promover está ligado a princípios agroecológicos.

Desde então, o grupo se encontra semanalmente para a preparação coletiva dos remédios caseiros e para o atendimento à comunidade. Sem motivação de lucro, as mulheres elaboram distintas tinturas, elixires, xaropes, pomadas, entre outros produtos. O objetivo não é tanto substituir o remédio alopatíco

<sup>1</sup> A autodenominação das *Bruxinhas de Deus* faz referência à potencialidade de as mulheres serem *canais de energia* e de *cura* da comunidade.



Remédios caseiros para o atendimento à saúde da comunidade no município de Cristal do Sul



Tinturas caseiras da Farmacinha Comunitária das Bruxinhas de Deus



pelos remédios caseiros, mas que estes últimos sirvam especialmente para a prevenção de doenças e como apoio à Estratégia de Saúde da Família para as comunidades mais isoladas.

Atualmente, o grupo é formado por quinze mulheres, algumas das quais são agentes comunitárias de saúde que, no dia de encontro, são *liberadas* para participar das atividades das *bruxinhas* (o que foi uma conquista das próprias mulheres). Além da importância do atendimento em saúde por meio da oferta dos remédios caseiros, a Farmacinha Comunitária se constitui como espaço de organização, de fortalecimento e até de cura das mulheres de Cristal do Sul. Para algumas agricultoras de comunidades mais afastadas, esse talvez seja o único local onde se encontram com outras mulheres fora do círculo familiar.

Fazer remédios caseiros e trocar receitas termina sendo uma ponte para o cuidado coletivo entre as mulheres, para discussões sobre relações de gênero, para o fortalecimento de cada uma individualmente e para a auto-organização das mulheres em torno de outras atividades. O caráter declaradamente autônomo do grupo, para *tomar as próprias decisões* e *fazer do jeito que a gente quer*, mostra a capacidade de iniciativa e uma postura política determinada dessas mulheres.

## PARA ALÉM DAS PLANTAS MEDICINAIS: A CURA PELO REIKI

Para complementar o trabalho comunitário em saúde dentro de uma visão do *ser integral*, o grupo das *bruxinhas* de Cristal do Sul realizou em 2007 e recentemente em 2015 uma formação em *reiki* junto à mesma mestra ligada ao MMC, con-

vocando agora mais lideranças locais a participar. O *reiki* é um antigo sistema de cura baseado na imposição das mãos para o reequilíbrio da energia do corpo. É importante destacar que essa formação específica, embora aparentemente de origem distante, é feita a partir de uma discussão sobre a realidade local das mulheres.

Através do *reiki*, as mulheres se organizam, se fortalecem, cuidam das outras, mas também refletem e debatem sobre a estrutura patriarcal da família convencional, sobre a divisão sexual do trabalho, sobre a submissão da mulher, entre outros assuntos. Em outubro de 2015, 35 mulheres de Cristal do Sul encheram um ônibus e viajaram até a capital do estado para continuar a formação em *reiki*.

## ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES ATRAVÉS DA RADIO COMUNITÁRIA

A Farmacinha Comunitária se encontra ao lado da Rádio Comunitária de Cristal do Sul. Ligada originalmente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, a rádio é conduzida pela liderança do grupo das *bruxinhas* e seu marido. Dessa forma, constitui uma ferramenta para a organização das comunidades, além de ser uma peça chave especificamente para a articulação das mulheres de Cristal do Sul. Através da rádio comunitária, um canal de comunicação cotidiana, as mulheres repassam rapidamente informações sobre encontros, formações, mobilizações, saúde, alimentos saudáveis, festas, aniversários, entre outros temas. Dessa forma, mesmo não sendo exclusivamente *de mulheres*, a rádio detém um caráter autônomo e comunitário que termina promovendo mais um



Remédios caseiros a base de plantas medicinais elaborados na Farmacinha Comunitária



Elixires caseiros da Farmacinha Comunitária das Bruxinhas de Deus



Encontro de formação em reiki e plantas medicinais

espaço para o fortalecimento e a auto-organização das agricultoras.

## PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

As *bruxinhas* de Cristal do Sul, junto com outras agricultoras locais, participam também de uma formação para a produção, o beneficiamento e a comercialização de alimentos saudáveis, mas que também aborda questões de gênero e feminismo. A capacitação se dá por meio do edital de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para Mulheres Rurais em Territórios da Cidadania. Esse edital é uma conquista das mulheres organizadas no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) do Território do Médio Alto Uruguai, do qual as *bruxinhas* de Cristal do Sul também fazem parte. Na primeira edição, realizada em 2013, as mulheres do município se deslocaram para realizar a formação junto com as mulheres de Ametista do Sul, município vizinho. Já na segunda edição, planejada para 2015 e 2016, o grupo das participantes de Cristal do Sul tem aumentado e as formações mensais acontecem no próprio município.

Esse edital de *Ater Mulher e Agroecologia* promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) é o único que acontece atualmente nos territórios do Rio Grande do Sul. A assistência técnica está a cargo da ONG Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), que acompanha grupos de mulheres em todo o Território do Médio Alto Uruguai. O objetivo é valorizar os produtos que as mulheres cotidianamente elaboram para o estímulo à organização de pequenos empreendimentos. No caso das *bruxinhas* de Cristal do Sul, o sonho, anterior ao próprio edital, é a construção de um pequeno *restaurante popular*, assim como a comercialização dos produtos *in natura* e beneficiados que elas mesmas produzem.

## (IN)CONCLUSÃO

Frente ao processo histórico de padronização da agricultura e à fragilidade dos modos de vida dos agricultores familiares, as mulheres rurais de Cristal do Sul se organizaram buscando aumentar sua autonomia por meio das práticas de cuidado em saúde e preparação dos remédios caseiros na Farmacinha Comunitária. Frente a uma demanda atual de padronização desses remédios para *adequá-los* aos critérios da vigilância sanitária, as mulheres da farmacinha se organizam buscando reafirmar sua autonomia em torno do *saber-fazer* cotidiano e das necessidades comunitárias do cuidado em saúde.

**JUDIT HERRERA ORTUÑO**

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS)  
dosmiltresju@yahoo.es

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social.** Frederico Westphalen: Ed. da URI, 2008.

# MILHO PIPOCA: MULHERES AGRICULTORAS CONECTANDO O PASSADO E O PRESENTE no Extremo Oeste de Santa Catarina<sup>1</sup>

■ Natália Carolina de Almeida Silva e Juliana Bernardi Ogliari

*Repentinamente, os grãos começaram a estourar, saltavam da panela com uma enorme barulheira. Mas o extraordinário era o que acontecia com eles: os grãos duros quebra-dentes se transformavam em flores brancas e macias [...] a transformação do milho duro em pipoca macia é símbolo da grande transformação por que devem passar os homens para que eles venham a ser o que devem ser.*

(Rubem Alves, 1999)

<sup>1</sup> Texto elaborado com base na Tese de Doutorado da primeira autora (SILVA, 2015).

*Pipoca-arroz, variedade conservada pelas mãos das agricultoras de Anchieta e Guaraciaba.*





trecho extraído da crônica *A pipoca* do escritor Rubem Alves faz uma simples e divertida descrição da característica especial do milho pipoca de se expandir e adquirir uma forma completamente diferente. Em seguida, o autor faz um paralelo com a capacidade transformadora da espécie humana no decorrer da história. Nessa trajetória de espécie, grande destaque deve ser dado às mulheres, considerando que, desde os primórdios, foram elas que comandaram a grande transformação: a domesticação de plantas para a produção de alimentos.

## GUARDIÃS DA DIVERSIDADE DE MILHO PIPOCA: CONSERVAÇÃO DE VARIEDADES PELA TRADIÇÃO

Se *a pipoca castigar, vira milho*. Essa frase foi repetida muitas vezes pelas agricultoras familiares dos municípios de Anchieta e Guaraciaba, na região Extremo Oeste de Santa Catarina, durante a realização do Censo da Diversidade, projeto de pesquisa conduzido pelo Núcleo de Estudos em Agrobiodiversidade (NEABio) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).<sup>2</sup> Em outras palavras, o que elas quiseram dizer é que *a pipoca cruzada com outro tipo de milho não estoura*. Essa frase revela o conhecimento que as agricultoras construíram ao longo das gerações para conservar, manejar e preparar o milho pipoca. A partir do Censo da Diversidade, foram identificadas 1.513 variedades locais de milho conservadas *in situ-on farm*, das quais 1.078 eram de milho pipoca. Esses resultados foram surpreendentes em função do elevado número de pipoca encontrado nessa região, mas também chamam atenção porque, diferentemente dos outros tipos de milho, a pipoca é conservada principalmente pelas mulheres.

A pipoca está presente na região há pelo menos 60 anos, período coincidente com o processo de colonização da região por migrantes descendentes de italianos e alemães, vindos

do Rio Grande do Sul (ALVES; MATTEI, 2006). Durante esse processo migratório, muitas agricultoras trouxeram consigo sementes de milho pipoca (e também de outras espécies) para iniciarem uma nova vida na nova morada e garantirem a soberania e segurança alimentar das suas famílias. Mas é preciso destacar que nessa região já habitavam populações indígenas e caboclas, que, juntamente com as famílias de imigrantes, conformam sua atual população.

Muitas das variedades de pipoca identificadas em Anchieta e Guaraciaba pelo Censo da Diversidade são mais antigas do que os próprios municípios. Algumas delas são conservadas e repassadas entre gerações de mulheres da mesma família (avó-mãe-filha) há cerca de 100 anos, sendo carinhosamente referidas por algumas agricultoras como *as sementes do enxoval*. A essas variedades mais antigas pode-se mesmo atribuir um *valor de herança*, uma vez que as herdeiras zelam pela sua conservação por uma questão de *tradição*. De fato, de uma amostra de 403 variedades de pipoca desses dois municípios, 72% foram adquiridas por *herança de família* ou *da vizinha*. A conservação do milho pipoca está associada, portanto, às tradições de convívio social, em que a pipoca é *preparada em dias de chuva para passar o tempo, para comer com chimarrão, para receber os vizinhos e reunir a família*, tal como foi mencionado pelas agricultoras durante as entrevistas.

Além do componente cultural, a conservação das variedades locais de milho pipoca está relacionada à sua qualidade culinária. É justamente por serem *mais macias, saborosas, por não darem casquinha* (presença do pericarpo, após a expansão), por *estourarem quase tudo e renderem bastante*<sup>3</sup> que as agricultoras continuam motivadas a manter suas próprias variedades, assim exercendo o papel de guardiãs da diversidade.

<sup>2</sup> O Censo da Diversidade consistiu em uma proposta metodológica desenvolvida pelo NEABio/UFSC para identificar e mapear a diversidade de variedades locais de milho conservadas *in situ - on farm* por agricultores e agricultoras familiares dessa microrregião. A metodologia foi inspirada no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual compreende um levantamento minucioso de todos os domicílios do Brasil. Nessa lógica, o levantamento de variedades locais de milho foi realizado em todas as comunidades rurais dos municípios de Anchieta e Guaraciaba (total de 70 comunidades), bem como em todas as unidades familiares de produção, totalizando 2.049 entrevistas. O período de realização da pesquisa foi de julho de 2011 a janeiro de 2012.

<sup>3</sup> Conforme entrevistas realizadas durante o Censo da Diversidade.

A diversidade, por sua vez, foi descrita pelas agricultoras a partir das características fenotípicas do grão e da espiga. O Censo da Diversidade identificou algumas variedades cujo tamanho dos grãos assemelhava-se ao de arroz (denominadas pelas próprias agricultoras de *pipoca-arroz*), enquanto outras variedades apresentavam grãos de tamanho comparável aos grãos de milho comum (dentados, duros, etc.), sem contar a diversidade de cores dos grãos (vermelhos, pretos, alaranjados, amarelos, roxos, brancos e multicoloridos). Com base nessas características associadas à morfologia do grão, as agricultoras selecionam suas variedades e mantêm a sua identidade genética.

Para ilustrar tal fato, dos 16 critérios de seleção indicados pelas agricultoras, 11 foram relacionados às características morfológicas do grão e da espiga, dentre eles, destacam-se *cor do grão*, *forma do grão*, *forma da espiga*, *arranjo de fileiras*, *espiga bonita*, etc. Percebe-se, assim, que o conjunto de critérios indicados pelas agricultoras está muito mais associado à manutenção da identidade genética das variedades do que aos aspectos agrônômicos, como prolificidade, altura de planta, acamamento, enraizamento ou produtividade.

Mas são os laços de solidariedade entre agricultoras que garantem a manutenção das variedades locais de pipoca. No período de 2011 a 2013, durante o qual a pesquisa foi realizada, foram trocadas 92 variedades entre as agricultoras de Anchieta e Guaraciaba. O número máximo de variedades doadas pela mesma agricultora foi de três, enquanto que uma mesma variedade foi repassada, no máximo, para quatro agricultoras. Mediante a circulação de variedades, ativa-se um sistema de conservação do milho pipoca nesses municípios, ampliando o número de agricultoras, instituições/organizações locais e variedades ao sistema. Se uma mesma variedade passa a ser mantida por duas agricultoras, seu risco de perda se reduz pela metade (SILVA, 2015).

A agricultora Angelina Flores (direita) e a pesquisadora Natália Almeida (esquerda) durante a pesquisa de campo de Censo da Diversidade. Ambas mostram as duas variedades de milho pipoca conservadas por Angelina.

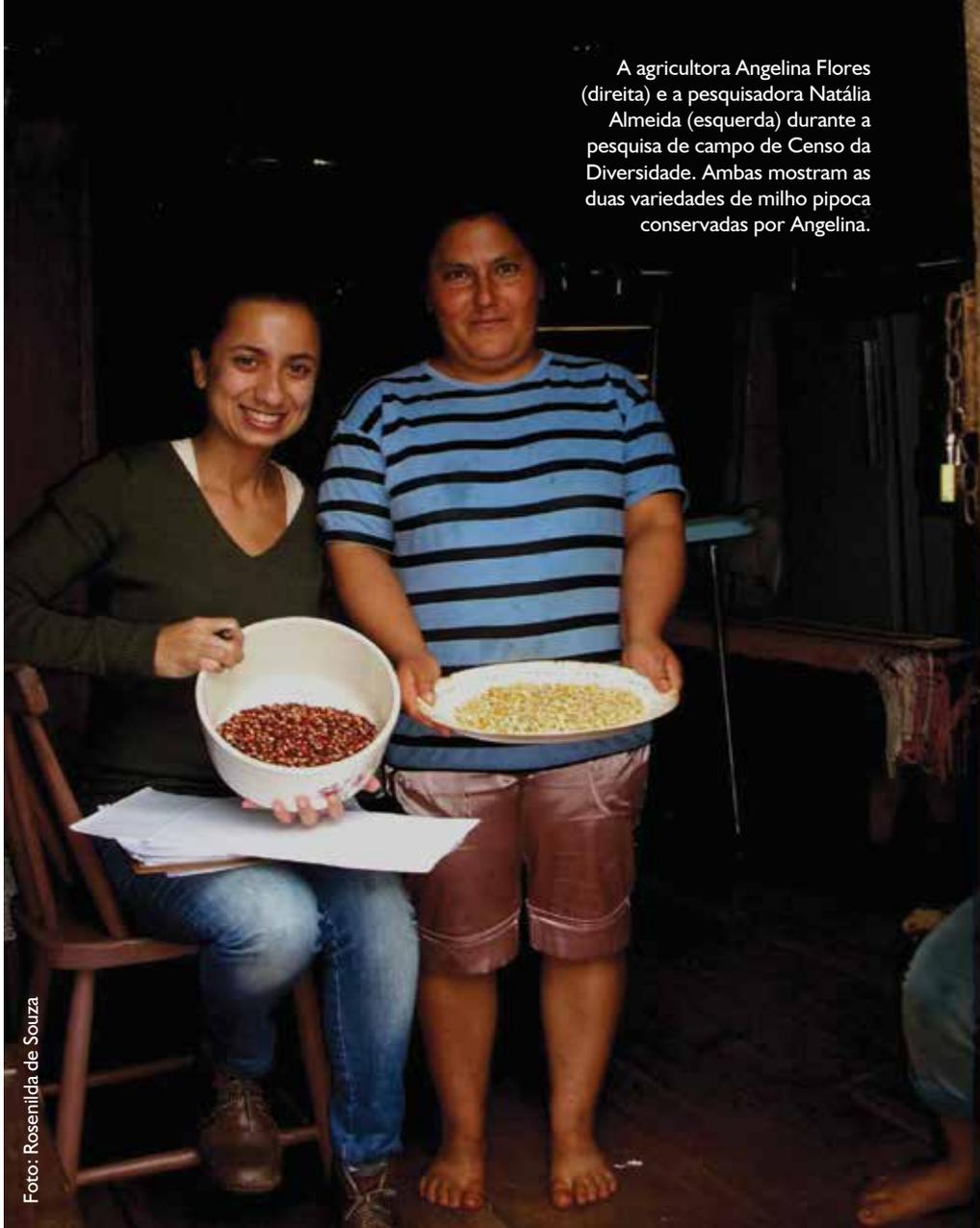


Foto: Rosenilda de Souza

**MUITAS DAS VARIEDADES DE PIPOCA IDENTIFICADAS EM ANCHIETA E GUARACIABA PELO CENSO DA DIVERSIDADE SÃO MAIS ANTIGAS DO QUE OS PRÓPRIOS MUNICÍPIOS. ALGUMAS DELAS SÃO CONSERVADAS E REPASSADAS ENTRE GERAÇÕES DE MULHERES DA MESMA FAMÍLIA (AVÓ-MÃE-FILHA) HÁ CERCA DE 100 ANOS, SENDO CARINHOSAMENTE REFERIDAS POR ALGUMAS AGRICULTORAS COMO AS SEMENTES DO ENXOVAL**



Elma Lange, guardiã de  
três variedades de milho:  
Amarelo, Vermelho e  
*Pipoca Branca*

## SÃO OS LAÇOS DE SOLIDARIEDADE ENTRE AGRICULTORAS QUE GARANTEM A MANUTENÇÃO DAS VARIEDADES LOCAIS DE PIPOCA

### O QUE AS VARIEDADES LOCAIS REPRESENTAM PARA NÓS MULHERES?

*As variedades locais representam a nossa alimentação, e alimentação de qualidade, pois sabemos o que estamos plantando. Elas representam nossa autonomia enquanto agricultoras; plantamos para manter a tradição, para preservar nossas sementes para o futuro das próximas gerações* (agricultora durante reunião com o Grupo de Mulheres no município de Guaraciaba, 2013).

As variedades locais constituem o principal componente da agrobiodiversidade e a base para o desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis. Representam um patrimônio essencial à reprodução dos diferentes modos de vida. Fazem parte de um processo de construção cultural e também de convergência entre a seleção natural e a seleção humana.

Em Anchieta e Guaraciaba, as mulheres não são responsáveis apenas pela conservação do milho pipoca, mas também de uma gama de espécies denominadas por elas de *miudezas*. As *miudezas* são entendidas como as espécies destinadas à alimentação da família e que não possuem valor comercial, tal como é o caso do tomate (DA SILVEIRA, 2015), da alface e do *radice* (OSÓRIO, 2015).

Em um trabalho anterior, Canci et al. (2004) já haviam demonstrado que, além de realizarem diariamente os afazeres domésticos, as mulheres são responsáveis pela conservação de cerca de 70% das espécies cultivadas no município de Anchieta, incluindo milho pipoca, amendoim, mandioca, batatinha, feijão, batata-doce e praticamente todas as espécies olerícolas. Os homens, por sua vez, são responsáveis pelas espécies comerciais, como o milho comum, que, seguindo a lógica de mercado (geração de renda direta), acabam ocupando a maior parte da força de trabalho familiar e da área de terra das unidades de produção.

Historicamente, o papel crucial das mulheres no manejo e no uso da agrobiodiversidade tem sido negligenciado. Sua relação com o ambiente é holística e multidimensional. Embora a Convenção sobre Diversidade Biológica reconheça esse papel, ainda são ignorados os espaços naturais predominantemente utilizados por mulheres, privilegiando aqueles usados por homens, assim como são subestimadas as esferas de trabalho não orientadas à produção mercantil (principalmente femininas), em favor de espaços comerciais (principalmente masculinos).

### MILHO PIPOCA: PATRIMÔNIO GENÉTICO E CULTURAL

No Brasil, a pipoca já era cultivada antes do processo de colonização. Na história do germoplasma de milho do país, Brieger et al. (1958) e, posteriormente, Paterniani e Goodman (1977) relataram que entre as etnias indígenas que habitaram/habitam nossas terras, aparentemente somente os *Guaranis* cultivavam/cultivam milho pipoca. Embora não se saiba exatamente como o milho pipoca era preparado pelos povos indígenas, existem relatos de que a espiga inteira era colocada sobre o fogo. Depois, passaram a colocar só os grãos sobre as brasas até inventarem um método mais sofisticado: cozinhar o milho numa panela de barro com areia quente. Esta última forma de preparo também foi (e continua sendo) muito utilizada nos rituais de Candomblé e Umbanda.

Em algum momento da história, a primeira geração de agricultoras que chegou à região do Extremo Oeste de Santa Catarina incorporou a pipoca em seus hábitos alimentares. O consumo de milho pipoca é, portanto, uma prática que une diferentes culturas e representa o elo entre as mulheres indígenas, a cultura negra e as agricultoras familiares de origem europeia. Trata-se de uma herança genética e cultural que permanece no cotidiano das práticas de conservação e manejo das agricultoras e de suas estratégias agroalimentares.

### AGROECOLOGIA E A VALORIZAÇÃO DO PAPEL DAS MULHERES

Apesar da invisibilidade, as mulheres foram originalmente produtoras de alimentos em todo o mundo e continuam a ter importância central nos sistemas de produção alimentares. Em Anchieta



## O CONSUMO DE MILHO PIPOCA É, PORTANTO, UMA PRÁTICA QUE UNE DIFERENTES CULTURAS E REPRESENTA O ELO ENTRE AS MULHERES INDÍGENAS, A CULTURA NEGRA E AS AGRICULTORAS FAMILIARES DE ORIGEM EUROPEIA

e Guaraciaba, os esforços das mulheres no manejo do milho pipoca estão diretamente associados à alimentação da família, uma vez que esse cultivo é utilizado principalmente para o auto-consumo. Na verdade, além do elevado valor para a alimentação, o milho pipoca desempenha um papel interessante na manutenção de aspectos culturais da vida das famílias. O vínculo sociocultural e afetivo das agricultoras com a pipoca e a conservação pelo uso tem garantido a manutenção e a evolução particular da diversidade desse cultivo na região.

Nesse sentido, ao romper com a lógica produtivista de mercado que rege a agricultura, a Agroecologia tem promovido o resgate e a valorização do papel das mulheres na conservação dos recursos genéticos locais, sobretudo quando esses cultivos estão associados aos sistemas culturais e alimentares, que carregam consigo uma história, tradição e identidade cultural.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as agricultoras pela gentileza e disponibilidade em nos conceder as entrevistas, por abrir não só as portas de suas casas, como também de suas memórias e histórias, para que fosse possível a realização da pesquisa. Agradecemos também aos pesquisadores Rafael Vidal e Flaviane Malaquias Costa, pelos comentários e sugestões, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa e

Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), pelo suporte financeiro concedido para a realização do Censo da Diversidade, no âmbito do projeto Mays I.

#### NATÁLIA CAROLINA DE ALMEIDA SILVA

Doutora em Recursos Genéticos Vegetais. Professora da UFSC e pesquisadora do NEABio/UFSC  
nataliacasilva@hotmail.com

#### JULIANA BERNARDI OGLIARI

Doutora em Genética e Melhoramento de Plantas. Professora da UFSC e coordenadora do NEABio/UFSC  
juliana.bernardi@ufsc.br; www.neabio.wix/ufscneabio

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, P.A.; MATTEI, L.F. **Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos**. 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docs/pdf/ABEP2006\\_598.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docs/pdf/ABEP2006_598.pdf)>. Acesso em: 26 novembro 2014.
- ALVES, R. A pipoca. In: \_\_\_\_\_. **O amor que acende a lua**. Campinas: Papirus, 1999.
- BRIEGER, F.G.; GURGEL, J.T.A.; PATERNIANI, E.; BLUMENSCHNEIN, A.; ALLEONI, M.R. **Races of maize in Brazil and other Eastern South American countries**. Washington, D.C.: NAS-NRC, 1958.
- CANCI, A.; VOGT, G.A.; CANCI, I.J. A diversidade das espécies crioulas em Anchieta-SC. Diagnóstico, resultados de pesquisa e outros apontamentos para a conservação da agrobiodiversidade. São Miguel do Oeste: McLee, 2004. 112 p.
- DA SILVEIRA, R.P. **Variedades crioulas de tomate conservadas por camponeses no município de Anchieta, oeste de Santa Catarina**. 2015. 168 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- OSÓRIO, G. T. 2015. **Diversidade de espécies e variedades crioulas no oeste catarinense: um estudo a partir de alface e radice em Anchieta e Guaraciaba**. 2015. 117 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- PATERNIANI, E.; GOODMAN, M.M. **Races of Maize in Brazil and Adjacent Areas**. Cidade do México: CIMMYT, 1977.
- SILVA, N.C. de A. **Conservação, diversidade e distribuição de variedades locais de milho e seus parentes silvestres no extremo oeste de Santa Catarina, Sul do Brasil**. 2015. 236 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

# Mulheres impulsionam **ECONOMIAS ALTERNATIVAS NO HIMALAIA**

■ Sarah Nischalke

Fotos: Sarah Nischalke

A inventividade das mulheres cria novos arranjos na organização do trabalho para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas

**J**ovens dos lugares mais remotos da cadeia de montanhas do Himalaia estão deixando suas casas em busca de oportunidades de renda. Essa tendência migratória tem sido acentuada pelo aumento de mobilidade e acesso à informação, assim como pelos efeitos das mudanças climáticas, incluindo a intensificação de enchentes e de períodos de seca. A agricultura dependente de chuva na região é afetada pelas secas e pela crescente irregularidade das chuvas. Enchentes carregam grande quantidade de sedimentos, cobrindo e arrasando campos cultivados, destruindo a produção de alimentos e sementes e matando o gado. Nessas condições, muitas famílias deixaram de considerar a agricultura como uma atividade viável. Assim, para aqueles cuja principal habilidade é o trabalho agrícola, migrar parece ser a melhor opção. Quando os homens perdem o interesse na agricultura e partem, não só abandonam os estabelecimentos agrícolas, mas também deixam suas famílias para trás. As mulheres são, portanto, confrontadas com o desafio de produzir alimentos sem contar com a força de trabalho de seus maridos. Este artigo descreve a capacidade inovadora das mulheres, não só para se adaptarem a contextos de constantes mudanças, mas também para impulsionarem mudanças sociais positivas por meio da Agroecologia.

Tradicionalmente, tanto as mulheres como os homens contribuíram para moldar a forma como a agricultura é praticada no Himalaia. Os homens decidiam sobre as culturas comerciais e as criações e determinavam as inovações implantadas em suas unidades de produção. Às mulheres cabiam as decisões sobre as culturas destinadas ao consumo das famílias, como os cultivos das hortas e a criação de pequenos animais. Elas não têm permissão para arar a terra, mas realizam outros trabalhos, como o plantio, a capina ou a coleta de lenha e de forragem.

## ENFRENTANDO EXTREMOS CLIMÁTICOS

A migração masculina desafia as mulheres a realizar tarefas que são tradicionalmente atribuídas aos homens, tais como a aração. As remessas de dinheiro enviadas por eles muitas vezes não são suficientes para que as mulheres possam contratar trabalhadores e compensar a falta da força de trabalho do marido no estabelecimento agrícola. Muitas estabelecem arranjos de parceria, enquanto outras abandonam a terra e tentam encontrar empregos não agrícolas para poder comprar os seus alimentos básicos. Há ainda raríssimos casos no Nepal de mulheres que vêm transpondo fronteiras culturais e aprendendo a arar a terra, podendo ser vistas conduzindo seus dois bois pelos campos.

Além do aumento da carga de trabalho pela ausência dos homens, as mulheres têm de lidar com desastres provocados pelas mudanças climáticas, muitas vezes sem estar preparadas. Tal situação é especialmente difícil para elas, uma vez que as mulheres não têm o mesmo acesso aos mercados que os homens. Além disso, não contam com ser-

viços de extensão ou com fontes alternativas de renda que poderiam ajudá-las a enfrentar os extremos climáticos. Seu acesso a essas alternativas é mais restrito devido à limitada mobilidade social das mulheres e a outras restrições de ordem cultural. Uma pesquisa de campo conduzida recentemente identificou exemplos interessantes na região, mostrando como as mulheres que enfrentam as instabilidades climáticas e vivem em locais de elevada migração masculina desenvolvem novas práticas agrícolas, impulsionam economias alternativas e criam novos mercados. A seguir, três exemplos da Índia, do Nepal e da China.

## COMPARTILHANDO RECURSOS EM ASSAM, REGIÃO NORDESTE DA ÍNDIA

No distrito de Tinsukia, às margens do rio Brahmaputra, na Índia, as enchentes anuais prejudicam regularmente as culturas agrícolas. Os agricultores conseguiram se adaptar às enchentes por meio da diversificação de lavouras e criações, bem como por meio do estabelecimento do regime de trabalho em parceria. No entanto, em 2012, uma grande enchente causou danos extraordinários a infraestruturas, gado, culturas e terras agrícolas. Muitas famílias que relataram ter suas terras soterradas avaliaram que não poderiam voltar a cultivá-las nos próximos dois a cinco anos.

A resposta das mulheres à enchente foi a adoção de um sistema chamado *bhagi*, que incluía a partilha de pequenos animais, de habilidades artesanais e de terras, ao estabelecerem arranjos de produção em regime de parceria. Por exemplo, uma família empresta um casal de aves a seus vizinhos, que assumem a responsabilidade de cuidar dos animais e se comprometem a dividir igualmente as crias que vierem a nascer. Outros arranjos similares foram estabe-



A Maca é uma planta medicinal resistente à seca é fonte de renda para as mulheres

## A MIGRAÇÃO MASCULINA DESAFIA AS MULHERES A REALIZAREM TAREFAS QUE SÃO TRADICIONALMENTE ATRIBUÍDAS AOS HOMENS, TAIS COMO A ARAÇÃO

lecidos. Algumas mulheres compartilham seus conhecimentos de tecelagem em troca de material. Outras se envolvem em arranjos de meação, por meio dos quais a família proprietária de terras se encarrega em fornecer os insumos e irrigação, enquanto a outra família fornece a mão de obra. A colheita é então dividida em partes iguais entre as duas famílias.

Dessa forma, as mulheres conseguem aliviar a sua carga adicional de responsabilidades e trabalho provocada pelas enchentes e ainda garantem o bem-estar de suas famílias. Em famílias de migrantes, nas quais as remessas de dinheiro dos homens não são suficientes para compensar a falta de mão de obra no estabelecimento agrícola, tais arranjos tornaram-se extremamente importantes.

## INTRODUZINDO ÁRVORES FRUTÍFERAS NA REGIÃO CENTRAL DO NEPAL

No distrito de Kavre, no Nepal, onde houve grande migração masculina e os padrões de chuva são irregulares, os agricultores fundaram cooperativas para facilitar a produção orgânica de vegetais e a captação da água das chuvas. Essa iniciativa recebeu o apoio do centro de formação Alternativas Agrícolas Adequadas (em tradução livre). A produção era comprada a preços fixos e vendida em mercados de Katmandu.

No entanto, devido ao aumento do número de domicílios sem homens chefes de família, o centro de treinamento ampliou suas atividades, passando a promover a introdução de árvores frutíferas e de nozes como amêndoa ou macadâmia, que exigem menos água do que vegetais. O trabalho foi acompanhado por capacitações em agricultura biointensiva, assistência técnica e extensão rural a comunidades locais e pesquisas sobre novas variedades que poderiam se adequar à realidade do Nepal.

Muitas mulheres ficaram motivadas a plantar árvores frutíferas para aumentar sua renda e garantir sua subsistência, já que

Mulheres criam acordos de para lidar com a escassez de trabalho devido à migração masculina



“ AS MULHERES QUE ENFRENTAM AS INSTABILIDADES CLIMÁTICAS E VIVEM EM LOCAIS DE ELEVADA MIGRAÇÃO MASCULINA DESENVOLVEM NOVAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS, IMPULSIONAM ECONOMIAS ALTERNATIVAS E CRIAM NOVOS MERCADOS

nem sempre podiam contar com as remessas de seus maridos ou filhos. No entanto, havia dois grandes obstáculos. Em primeiro lugar, o investimento inicial para o plantio de árvores é alto e leva vários anos até gerar resultados e renda. Em segundo lugar, alguns anciãos da região acreditavam que as árvores não deveriam ser transplantadas de um lugar para outro, o que representava uma barreira cultural e social para a inovação. No entanto, algumas famílias conseguiram convencer os mais velhos e agora estão experimentando as variedades de árvores que poderão constituir uma nova fonte de renda para garantir a segurança alimentar das famílias, mesmo sob um clima hostil.

## CULTIVANDO ERVAS NA PROVÍNCIA DE YUNNAN, NA CHINA

Do outro lado do Himalaia, na província de Yunnan, na China, a seca é um dos principais problemas enfrentados pelas famílias agricultoras. A poucas horas de Kunming, capital da província, está a pequena aldeia de Weng Mu, que é dominada pela etnia Yi, uma das muitas minorias étnicas de Yunnan. Nessa aldeia, a seca prejudicou a produção de culturas de trigo, milho e batata. Muitas mulheres idosas, encorajadas pela instalação de uma pequena indústria de processamento de ervas medicinais, iniciaram a plantação de *maca* (*Lepidium meyenii*) como uma nova fonte de renda. A erva é usada para fins culinários e medicinais, produzindo efeitos energéticos, revigorantes e de aumento da fertilidade.

Essas mulheres vêm cultivando *maca* há dois ou três anos e, em alguns casos, a planta medicinal chega a ocupar metade de suas terras. A *maca* não só tem um bom preço de mercado, como também exige poucos cuidados, além de ser mais resistente ao estresse hídrico. As mulheres adquirem as sementes de pequenos bancos de sementes ou por meio de trocas com outras famílias da região. Apesar da maior dependência dos mercados, elas estão orgulhosas por terem desencadeado mudanças nas práticas agrícolas e serem capazes de sustentar suas famílias.

## MULHERES: INOVADORAS INATAS

Esses exemplos mostram experiências bem-sucedidas de mulheres lidando com extremos climáticos e com a migração masculina. Ao mesmo tempo, elas conseguem aumentar o seu grau de autonomia, reduzir a carga de trabalho árduo e garantir a segurança alimentar e nutricional de suas famílias. Essas experiências não só revelam que as mulheres são capazes de



Árvores foram plantadas como uma alternativa para intensificação produtiva no contexto de incerteza climática

desenvolver estratégias de enfrentamento de cenários adversos, mas também evidenciam que são inovadoras inatas. Elas começam a experimentar e apostar em novas formas de agricultura quando colocadas contra a parede por contextos de mudanças climáticas e de migração. Essas inovações às vezes implicam romper barreiras culturais, como no caso do Nepal, sinalizando que as relações de gênero estão mudando como parte da transformação social na região.

De modo geral, no entanto, as mulheres não conseguiram muitos avanços no que diz respeito às relações de poder. As decisões sobre o manejo agrícola, as culturas comerciais e forrageiras ou as criações ainda são tomadas principalmente por homens (mesmo que à distância ou por outros homens da família). Essas decisões são muitas vezes tomadas com base apenas em considerações de ordem econômica, enquanto as mulheres tendem a levar em conta fatores sociais, culturais, nutricionais, entre outros. Apesar desse quadro, quanto mais os papéis de gênero mudam, mais as mulheres ocupam novos espaços e criam oportunidades, tornando-se protagonistas de práticas inovadoras e superando passo a passo os desafios.

**SARAH MARIE NISCHALKE**

Pesquisadora Sênior do Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento, em Bonn, Alemanha  
snischal@uni-bonn.de

Agricultora Maria Nadir,  
Araponga - MG

Fotos: Antônio Augusto Lopes Neto



# CADERNETA AGROECOLÓGICA

## empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia

■ Antônio Augusto Lopes Neto, Auxiliadora Feital,  
Isabel de Luanda Lopes, Angélica Almeida e Liliam Telles

**E**ste texto aborda o trabalho de acompanhamento e sistematização das informações coletadas pela pesquisa intitulada *Caderneta Agroecológica (CA)* do Programa Mulheres e Agroecologia, vinculado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).<sup>1</sup> A CA é um instrumento de mensuração criado pelo CTA-ZM para auxiliar na administração da produção de mulheres agricultoras, por meio do registro do consumo, da troca, da venda e da doação do que é cultivado nos quintais produtivos.<sup>2</sup> Ao sistematizar o trabalho das agricultoras familiares, a caderneta dá visibilidade à contribuição da mulher na manutenção da unidade produtiva, promovendo a Agroecologia, a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda.

Realizada em 14 municípios da Zona da Mata Mineira ao longo de 2014, a pesquisa sistematizou as informações coletadas pela equipe do programa a partir do registro das atividades de 64 agricultoras, gerando um banco de dados que pretende apresentar as experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres na região.

A sistematização e a socialização das experiências das mulheres por meio da CA têm como objetivo incentivar as organizações a adotarem enfoques de trabalho sensíveis às desigualdades de gênero, contribuindo para reafirmar que o fortalecimento da Agroecologia só será possível com a radica-

<sup>1</sup> O CTA é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1987 por um grupo de técnicos, agricultores familiares e profissionais liberais. Atua na Zona da Mata de Minas Gerais, realizando assessoria técnica e política com o objetivo de promover a Agroecologia como enfoque para o desenvolvimento rural sustentável.

<sup>2</sup> A Caderneta Agroecológica é uma metodologia construída a partir da contribuição de uma rede de organizações dos campos agroecológico e feminista aglutinadas em torno do projeto *Mulheres e Agroecologia em Rede*, que se desenvolveu em quatro regiões do país (Amazônia, Nordeste, Sul e Sudeste) com o apoio financeiro da União Europeia. A comissão metodológica do projeto foi composta pelo CTA-ZM, pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), pela Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), pela Rede de Produtoras Rurais do Nordeste, pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), pelo Grupo de Trabalho de Gênero e Agroecologia e pelo Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais (MMZML).



Quintal Agroecológico



Troca de saberes 2015



## “ A CADERNETA É A AFIRMAÇÃO DO PAPEL DAS MULHERES CAMPONESAS NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA

lização do feminismo, ou seja, rompendo com a ordem social que historicamente desvaloriza e penaliza as mulheres.

A CA incorpora as contribuições da economia feminista, atrelando a dimensão do trabalho doméstico e de reprodução a um conceito de economia centrado na sustentabilidade da vida, e não apenas em relações de mercado (CARRASCO, 2012). Com isso, confere visibilidade ao aporte econômico gerado pelas mulheres, reconhecendo o trabalho não remunerado como parte de um mecanismo de submissão e exploração que marca as relações patriarcais.

Ao mesmo tempo, a caderneta é a afirmação do papel das mulheres camponesas na construção da Agroecologia. As informações coletadas dão conta da contribuição das mulheres, que vai muito além da esfera reprodutiva. Ao se dedicarem aos agroecossistemas, as mulheres têm permitido a existência de uma enorme variedade de sementes, alimentos, plantas medicinais e saberes, garantindo soberania e segurança alimentar e nutricional, saúde e renda para as famílias.

### TRABALHO INVISÍVEL

A sistematização das experiências tem sido uma prática comum adotada por entidades do campo agroecológico para construir esse novo paradigma de desenvolvimento rural (CARDOSO; SCHOTTZ, 2009). Não raro esse recurso metodológico é utilizado para o intercâmbio de saberes entre técnicos, agricultores e ativistas, que passam a valorizar os conhecimentos dos camponeses como elementos dinamizadores dos processos de transformação social. É a partir dessas experiências sistematizadas, localizadas nos mais distintos contextos e territórios, que tem se tornado possível a



Agricultora Maria Francisca, Araponga - MG

elaboração de novos referenciais técnico-metodológicos para a construção da Agroecologia (FERREIRA; SCHOTTZ, 2010).

No entanto, sob um olhar mais criterioso, percebe-se que, na maior parte das vezes, os homens são apresentados como protagonistas das experiências bem-sucedidas, ocultando a contribuição das mulheres camponesas. Ainda são raros os estudos com enfoque no trabalho produtivo realizado pelas mulheres nos agroecossistemas. Em geral, destaca-se a atuação da família ou do homem, sem questionar as relações sociais de poder vigentes, o que reforça a invisibilidade e a desvalorização do trabalho feminino.

A estrutura da sociedade patriarcal capitalista hierarquiza o trabalho, impondo uma divisão não natural entre mulheres e homens, entre produtivo e reprodutivo, entre público e privado. Dessa forma, o trabalho doméstico é visto como dever e obrigação das mulheres, sendo naturalizado, desqualificado

e, por consequência, invisibilizado. Os espaços ocupados pelas mulheres aparecem secundarizados e menosprezados, em clara oposição àqueles espaços tradicionalmente dominados pelos homens.

Assim, o amplo leque de contribuições das mulheres, que desempenham diversas atividades reprodutivas e produtivas, agrícolas e não agrícolas, simplesmente não é reconhecido como trabalho e não é contabilizado.

Diante da constatação de que as desigualdades nas relações de gênero constituem um obstáculo à construção de estilos mais sustentáveis de desenvolvimento, as organizações têm buscado novos enfoques metodológicos sensíveis a essa temática (PACHECO, 2009). Nesse sentido, a CA ganha legitimidade, na medida em que busca dimensionar a contribuição produtiva das mulheres camponesas, consolidando a premissa de que *Sem Feminismo não há Agroecologia*.

## ANOTAR PARA COMPROVAR

A partir de janeiro de 2014, a equipe responsável pelo monitoramento da Caderneta Agroecológica passou um ano visitando agricultoras e recolhendo informações sobre o seu dia a dia. Um grupo de 64 agricultoras familiares de 14 municípios da Zona da Mata<sup>3</sup> foi selecionado, tendo como único requisito o cultivo de quintais produtivos.

Por meio de entrevistas semiestruturadas, visitas a campo e análises dos dados registrados, foi possível compor um quadro revelador da efetiva contribuição feminina na gestão dos agroecossistemas.

Em primeiro lugar, é notável a enorme diversidade biológica dos quintais, que só é possível graças ao refinado trabalho de manejo realizado pelas mulheres. Em uma contagem feita a partir dos registros nas CAs, enumeramos 142 espécies, abrangendo hortaliças, plantas medicinais, flores, árvores frutíferas e pequenos animais. Se incluirmos os alimentos processados e artesanatos, o número de produtos sobe para 212.

Ainda em relação ao manejo, é possível observar o emprego de um conjunto de práticas agroecológicas, como cobertura morta, adubação orgânica, caldas caseiras, homeopatia aplicada à família e também à agricultura, uso responsável das fontes de energia e rotação de culturas.

A produção para o autoconsumo também merece destaque, uma vez que a maior parte da alimentação das famílias provém dos quintais, sendo que, em média, 70% de todos os produtos consumidos mensalmente são cultivados pelas mulheres. Por sua vez, a renda obtida pela venda dos gêneros alimentícios produzidos nos quintais chega a superar o valor da produção destinada ao autoconsumo, girando em torno de dois salários mínimos por mês. Para algumas famílias, essa é a principal fonte de renda. Em certos casos, verificou-se que a contribuição econômica das mulheres ultrapassou a renda gerada pela venda do café, principal cultura comercial da região. Do ponto de vista econômico, portanto, a CA possibilitou visibilizar a importância das mulheres na produção para o autoconsumo, na promoção da saúde e na geração de renda das famílias.

Observamos, contudo, que o acesso aos insumos, como esterco, húmus, sementes e mudas, é uma das dificuldades enfrentadas por quase todas as mulheres para manter os seus quintais produzindo. Devido ao manejo convencional do gado na região, a

<sup>3</sup> Municípios da Zona da Mata envolvidos na pesquisa: Acaiaca, Araponga, Diogo de Vasconcelos, Divino, Ervália, Espera Feliz, Guidoval, Orizânia, Paula Cândido, Santa Margarida, Santana do Maranhão, Simonésia, Visconde do Rio Branco e Viçosa.

maioria das mulheres não tem uma fonte segura de esterco ou húmus, sendo obrigada a comprar ou, simplesmente, deixar de usar. Muitas agricultoras também não conseguem produzir sementes e mudas na propriedade, sendo necessário adquirir materiais convencionais nos mercados. Além disso, as secas prolongadas na região têm afetado negativamente os quintais, reduzindo a sua produtividade. Por outro lado, têm estimulado as discussões em torno do uso de tecnologias adequadas à realidade das famílias para o manejo dos recursos hídricos.

Outro aspecto constatado nas reflexões realizadas com as mulheres é a diminuição no cultivo de hortaliças não convencionais e uma tendência à padronização dos tipos de plantas cultivadas, especialmente entre as famílias que comercializam para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), interferindo na diversidade de alimentos produzidos nos quintais.

Por fim, o acesso aos mercados institucionais ainda é restrito para as mulheres, apesar de a comercialização ser muito presente. No entanto, de modo geral, as mulheres ainda não dominam a relação com o mercado, o que se expressa na baixa diversidade dos canais de comercialização acessados (feiras, pontos de venda, mercados institucionais). Além disso, há dificuldades para a agregação de valor aos produtos, que tem sido objeto de ação da assessoria do CTA, contribuindo para reduzir as perdas da produção de quintais.

**A CADERNETA AGROECOLÓGICA  
POSSIBILITOU VISIBILIZAR A IMPORTÂNCIA  
DAS MULHERES NA PRODUÇÃO PARA O  
AUTOCONSUMO, NA PROMOÇÃO DA  
SAÚDE E NA GERAÇÃO DE RENDA DAS  
FAMÍLIAS**



Diversidade e qualidade alimentar: o trabalho das mulheres se torna visível

## CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

A CA é o resultado do esforço intelectual e político de mulheres no sentido de construir novas ferramentas de análise da realidade social, configurando-se como uma estratégia voltada para dar visibilidade e valorizar o trabalho realizado pelas mulheres em agroecossistemas, promovendo o empoderamento das agricultoras e o fortalecimento de suas bandeiras. Nesse sentido, é um instrumento metodológico que contribui para fortalecer o elo entre a luta das mulheres e a construção da Agroecologia.

Além disso, é importante registrar os ganhos políticos que essa ação tem possibilitado na Zona da Mata de Minas Gerais. Observamos um fortalecimento e uma maior autonomia das mulheres que passaram a utilizar o instrumento, como relatado pela agricultora Maria da Conceição Caetano, de Acaiaca (MG):

*A caderneta vem para nos mostrar aquilo que a mulher acha que não faz. Quando a gente anota tudo o que produz e vê tudo o que deixa de comprar no mercado, a gente vê que não sabia que trabalhava. Eu chegava a falar: eu estou tão cansada e não fiz nada.*

Com a quantificação e a qualificação dos dados obtidos, espera-se subsidiar debates sobre políticas públicas voltadas especificamente às mulheres rurais, a exemplo de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), crédito rural e mercados institucionais.

**ANTÔNIO AUGUSTO LOPES NETO**  
**AUXILIADORA FEITAL**  
**ISABEL DE LUANDA LOPES**  
**ANGÉLICA ALMEIDA**  
**LILIAM TELLES**

Integrantes da equipe técnica do Programa Mulheres e Agroecologia do CTA-ZM  
comunicacao@ctazm.org.br; guto@ctazm.org.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CARDOSO, Elisabeth Maria; SCHOTTZ, Vanessa. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, dez. 2009.
- CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita**: proposta de novos indicadores com base nas experiências das mulheres. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2012.
- FARIAS, Nalu; NOBRE, Mirian (Org.): **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.
- FERREIRA, Ana Paula; SCHOTTZ, Vanessa. Intercâmbio e sistematização de experiências protagonizadas por mulheres. **Mulheres e Agroecologia**: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras, v.1, 2010.
- PACHECO, Maria Emilia. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas Mulheres Agricultoras. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, dez. 2009.



# É TRABALHO, NÃO É AJUDA!

um olhar feminista sobre  
o trabalho das mulheres  
na Agroecologia

■ Vanessa Schottz, Maitê Maronhas e Elisabeth Cardoso



A contabilização detalhada do conjunto das produções realizadas pelas agricultoras revela o significado econômico do trabalho das mulheres na agricultura familiar

**Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) constitui um espaço de auto-organização das mulheres no campo agroecológico e de diálogo entre o feminismo e a Agroecologia, sendo formado por mais de duzentas organizações mistas, feministas e movimentos sociais.**

A partir da constatação de que havia uma falta de problematização sobre as desigualdades nas relações de poder e nos papéis desempenhados por cada membro das famílias agricultoras, o GT iniciou, em 2008, a sistematização de experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres agricultoras, camponesas, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhas, entre outras.<sup>1</sup> A ideia

<sup>1</sup> O projeto Intercâmbio e Sistematização de Experiências Agroecológicas Protagonizadas por Mulheres é fruto de uma parceria entre o GT Mulheres da ANA, a ActionAid Brasil e a Heifer. O processo, realizado entre 2008 e 2012, envolveu um conjunto amplo de organizações e

era dar visibilidade e valorizar o trabalho desenvolvido pelas mulheres na Agroecologia, além de aprimorar a capacidade das mesmas de refletir sobre suas próprias experiências, seu papel na construção da Agroecologia e o papel da Agroecologia em suas vidas (CARDOSO; SCHOTTZ, 2010). Ao todo, foram sistematizadas 56 experiências individuais e coletivas em diferentes contextos socioambientais.<sup>2</sup>

À luz da economia feminista<sup>3</sup> consideramos qualquer tarefa realizada em um agroecossistema como trabalho, que pode

movimentos sociais e resultou na sistematização de 23 experiências no Nordeste, duas no Sudeste, 15 no Sul e 16 na Amazônia.

<sup>2</sup> As sistematizações foram conduzidas em parceria com as seguintes organizações: GT Mulheres de Pernambuco (região Nordeste); GT Gênero e Geração da Rede Ecovida e Movimento de Mulheres Camponesas (região Sul); Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (região Amazônica).

<sup>3</sup> A economia feminista é um campo das ciências econômicas que estuda a condição de invisibilidade das mulheres no pensamento neoclássico e marxista, bem como ressignifica e amplia o conceito de trabalho, abrangendo o mercado informal, as tarefas domésticas, a divisão sexual do trabalho na família e, fundamentalmente, considerando a esfera reprodutiva como essencial à existência humana (NOBRE, 2002).

ser categorizado como reprodutivo ou produtivo. O trabalho reprodutivo é aquele que tem como função a produção doméstica de bens e serviços, além da execução de tarefas de cuidado e/ou apoio a pessoas dependentes (BORDERIAS; CARRASCO, 1994), enquanto o produtivo é aquele que gera bens/produtos com finalidade comercial e econômica. Ainda que o trabalho reprodutivo seja imprescindível à vida, há uma hierarquização, na qual o trabalho produtivo, atribuído em geral ao domínio masculino, recebe maior reconhecimento social, por ter valor mercantil e gerar trocas monetárias (HIRATA; KERGOAT, 2007). Já o trabalho reprodutivo é associado ao afeto, com pouco valor e visibilidade, o que o aproxima de um não trabalho.

## É TRABALHO, NÃO É AJUDA!

Ao levar em conta todos os componentes do sistema de produção, a Agroecologia tem o potencial de contribuir para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, considerando-o fundamental para a sustentabilidade do sistema e para a reprodução familiar. Todavia, as sistematizações apontaram que esse reconhecimento não ocorre de maneira automática. Ao refletir sobre suas experiências, muitas mulheres perceberam que há uma enorme desvalorização do seu trabalho por parte dos maridos e também da própria comunidade, que enxergam as suas iniciativas de organizar-se em grupos produtivos como *perda de tempo* ou *invenção de moda de quem não tem nada pra fazer*. O grupo de mulheres ecologistas do Morro do Forno (Rio Grande do Sul) relata que, *no início, os moradores da comunidade mandavam a gente ir dormir, já que não tínhamos outra coisa pra fazer*.

Diversos depoimentos destacam que a postura de alguns maridos restringe ou mesmo impede a participação das mulheres em grupos produtivos e em espaços de auto-organização.

*Muitos maridos e companheiros não acreditavam que a experiência fosse dar certo, desestimularam muitas delas e, em outros casos mais extremos, muitos homens não deixavam as mulheres mais sair de casa para participar do grupo.*  
(Grupo de Mulheres da Agroindústria São José, no município de Porto Vera Cruz/RS)

No Rio Grande do Norte, o *Grupo de Mulheres Decididas a Vencer* do Assentamento Mulugunzinho, em Mossoró, identificou o machismo e a divisão sexual do trabalho como as principais barreiras enfrentadas ao longo de sua trajetória. Segundo as agricultoras, seus companheiros não compreendiam a lógica das reuniões e se recusavam a cuidar dos filhos quando elas se ausentavam de casa para ir aos encontros de mulheres.

As sistematizações também apontaram que, assim como o trabalho das mulheres é invisível aos olhos dos homens e da sociedade, as rendas monetária e não monetária obtidas por

elas também contam com pouco reconhecimento social e dificilmente são consideradas pelas políticas públicas.

Uma das situações que expressam essa invisibilidade refere-se à dificuldade das agricultoras em obter crédito junto aos bancos, sobretudo quando sua produção é destinada ao autoconsumo, ainda que formalmente exista uma linha de financiamento específica para as mulheres (o Pronaf Mulher). Para justificar a recusa do crédito, os bancos alegam ser baixa a capacidade de pagamento por parte das mulheres. Portanto, ainda que o autoconsumo configure uma das principais estratégias de garantia da soberania alimentar, assegurando a qualidade da alimentação, reduzindo as despesas com alimentos e, consequentemente, conferindo maior autonomia da família frente ao mercado, tal prática carece de maior valorização e apoio por parte das políticas públicas, incluindo programas de fomento e crédito.

Assim, o trabalho reprodutivo, ainda que não gere renda monetária, também precisa ser contabilizado na análise econômica dos agroecossistemas, uma vez que no espaço doméstico muitos produtos são beneficiados, serviços indispensáveis para o bem-estar da família e da comunidade são diariamente realizados, muitas horas são trabalhadas e recursos da família estão ali investidos.

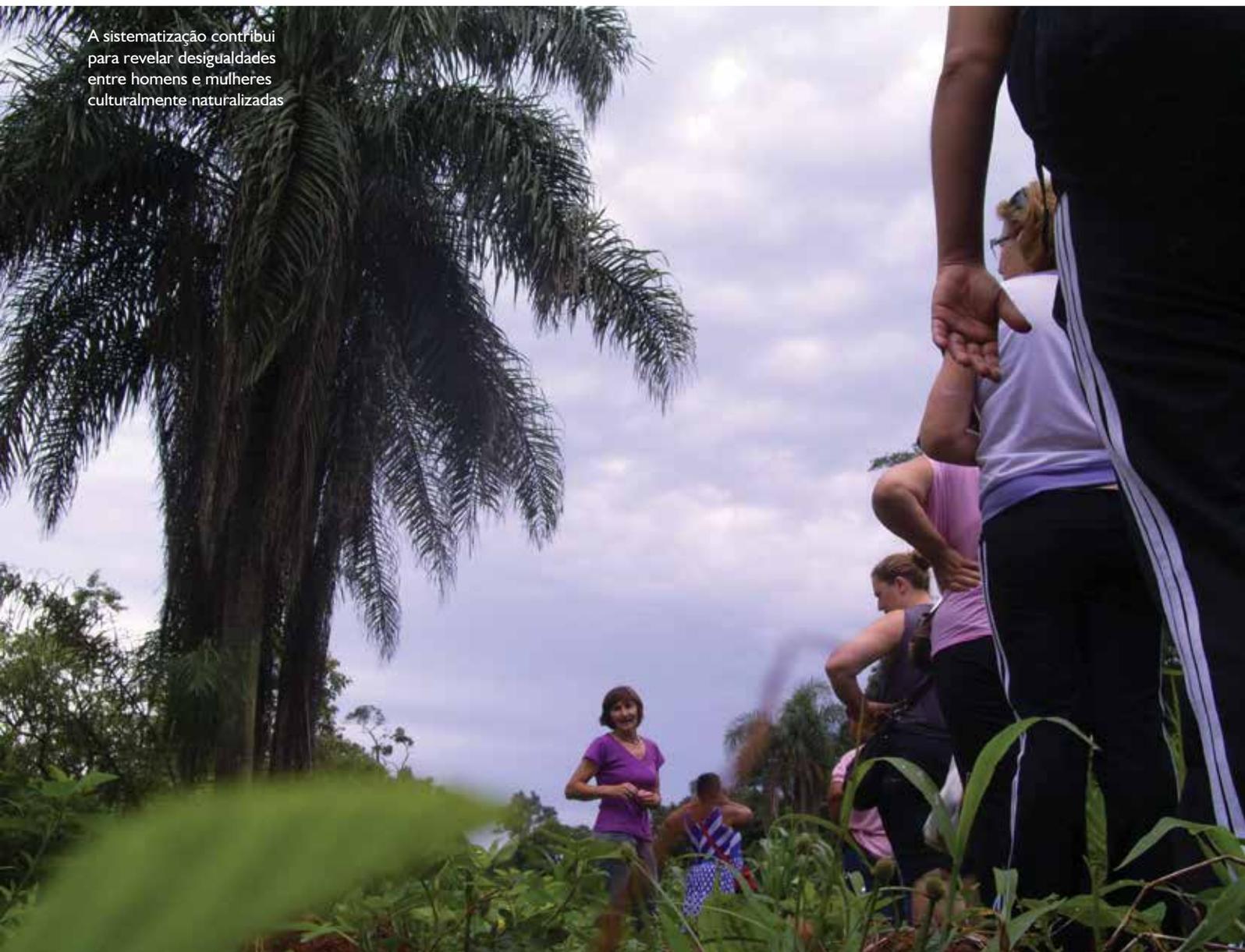
Mesmo no caso da renda monetária obtida pelas mulheres, a percepção é de que sua contribuição para a economia familiar também seja pouco relevante por ser prioritariamente destinada a suprir necessidades domésticas *invisíveis*, como roupas, calçados, material escolar para as crianças, entre outros itens.

Observou-se ainda que, associada à hierarquização entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, ocorre uma divisão não igualitária das atribuições domésticas e de âmbito familiar. Tarefas como cuidado com idosos, educação e cuidado com crianças, lavar roupas, preparação de comida e limpeza da casa são realizadas quase que exclusivamente pelas mulheres, cabendo ao homem, quando presente nesse espaço, o papel de ajudante que deve se envolver em tarefas mais *masculinas*, como poda de árvores e arbustos, manutenção de carros, motos e ferramentas.

Essa sobrecarga tem consequências para a vida das mulheres, da comunidade e da sociedade em geral. Ao gastarem mais horas na realização de suas funções, quando comparamos aos homens, essas mulheres dispõem de menos tempo para investir em sua educação, lazer e participação social.

*No início das atividades, o grupo era formado por vinte mulheres entusiasmadas com a nova experiência de trabalho coletivo e geração de renda. Mas ocorreu que muitas dessas mulheres não tinham o apoio da família. (...) Este também foi um fato de desistência de algumas mulheres que não venciam trabalhar em casa e na agroindústria.*  
(Grupo de Mulheres da Agroindústria São José, no município de Porto Vera Cruz/RS)

A sistematização contribui para revelar desigualdades entre homens e mulheres culturalmente naturalizadas



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização, segundo a avaliação das próprias mulheres, colaborou muito para que elas refletissem sobre suas experiências e percebessem que sua contribuição para a Agroecologia não configura uma mera ajuda e que, portanto, precisa ser reconhecida e valorizada como trabalho. Além disso, identificaram a importância do fortalecimento de sua identidade como agricultoras.

Em várias situações, a sistematização possibilitou que as mulheres reconhecessem a importância da renda conseguida com a venda de seus produtos, como hortaliças, doces e artesanato. Esse processo evidenciou também as diversas formas de opressão sofridas pelas mulheres, que relataram se sentirem mais fortalecidas ao saber que outras vivenciavam a mesma situação. A sistematização estimulou também a reflexão sobre as dimensões da autonomia econômica e apontou para a participação cada vez

maior das mulheres em espaços muitas vezes ocupados somente por homens.

*Hoje me sinto mais valorizada. Não tive muita dificuldade, mas mudou muito na divisão das tarefas de casa, na criação dos filhos, foi uma mudança e aprendizado muito grande. Antes, com meu pai, só a mulher ia para a cozinha. Com meu marido e filhos, isso já mudou muito, todos ajudam. Considero que hoje sou mais respeitada, como também aprendi a respeitar. (Didi, agricultora de Montes Claros/MG)*

Decidir sobre sua própria vida, tomar parte em decisões que influenciam a vida de todos (comunidade, sociedade) é uma questão de poder. Nas relações de gênero desiguais, como as que vivenciamos, *as pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais* (COSTA, 1998, p. 19)



Atividade do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia

“ AO REFLETIR  
SOBRE SUAS  
EXPERIÊNCIAS,  
MUITAS MULHERES  
PERCEBERAM QUE  
HÁ UMA ENORME  
DESVALORIZAÇÃO DO  
SEU TRABALHO POR  
PARTE DOS MARIDOS E  
TAMBÉM DA PRÓPRIA  
COMUNIDADE



Trabalho não é ajuda: presença  
ativa das mulheres em todas as  
esferas de trabalho



Atividade de sistematização



Mulheres constroem pontes entre a Agroecologia e a Economia Solidária

A posição e a condição social em que as mulheres se reconhecem e são reconhecidas propiciam que as mesmas acumulem conhecimentos sobre questões ligadas à valorização e à reprodução da vida e que se encontram no cerne do desenvolvimento da Agroecologia, como a produção de alimentos saudáveis; a rejeição ao uso de agrotóxicos e cultivos transgênicos, considerando suas consequências sociais, para a saúde e para o meio ambiente; a luta contra a perda da biodiversidade, notadamente de cultivos crioulos e tradicionais; a guarda de sementes crioulas e/ou tradicionais; a manutenção de relações de solidariedade, cuidados, entre outros aspectos.

Ao mesmo tempo que é importante reconhecer esses conhecimentos, é fundamental não assumir uma perspectiva essencialista sobre os mesmos. Afinal, as mulheres se tornam mulheres através de um processo de construção social de gênero tanto quanto os homens se tornam homens. É necessário, portanto, que todos os sujeitos – mulheres, homens, jovens, adultos e idosos – sejam capazes de exercitar e valorizar esses conhecimentos, pois são essenciais para a construção desse novo paradigma de desenvolvimento que é a Agroecologia.

As sistematizações apontaram para a existência de experiências em que a produção agroecológica contribuiu para o empoderamento das mulheres, que, a partir de então, puderam sair do âmbito estritamente doméstico, aumentando a sua participação em espaços públicos e obtendo mais independência e autoestima. Todavia, essas conquistas só foram possíveis quando a produção agroecológica foi efetivamente articulada a estratégias de garantia da autonomia econômica e política das mulheres, numa perspectiva ativa de superação da divisão sexual do trabalho.

#### VANESSA SCHOTTZ

professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e integrante do GT Mulheres da ANA  
vanessaschottz32@gmail.com

#### MAITÉ MARONHAS

assessora na Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil) e integrante do GT Mulheres da ANA

#### ELISABETH CARDOSO

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e integrante do GT Mulheres da ANA

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). **Mulheres construindo a agroecologia**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2008.
- BORDERÍAS, C.; CARRASCO, C. Las Mujeres y el Trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas In: BORDERÍAS; CARRASCO; ALEMANY (Org.). **Las Mujeres y el Trabajo**: rupturas conceptuales. Barcelona: Icaria-Suhem, 1994.
- CARDOSO, Elisabeth Maria; SCHOTTZ, Vanessa. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Revista Agriculturas**, v.6, n.4, dez. 2009.
- COSTA, ANA ALICE. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/Ufba e Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. (Coleção Bahianas, vol.2).
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v.37, n.132, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

## MULHERES RURAIS DO SERTÃO DO PAJEÚ (PE)

Produção das  
mulheres em Feiras  
de Saberes e Sabores

Fotos: Arquivo Actionaid Brasil



# A importância da dimensão econômica no trabalho organizativo com MULHERES RURAIS DO SERTÃO DO PAJEÚ (PE)

■ Ana Paula Lopes Ferreira e Emma Siliprandi

**E**ste texto tem como base uma investigação feita junto a agricultoras acompanhadas pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN) no Sertão do Pajeú em Pernambuco. Ressalta a importância da dimensão econômica nos trabalhos de organização dessas mulheres, em especial porque, dentro da CMN, o empoderamento econômico é entendido como o primeiro passo para a construção de sua autonomia e superação de situações de violência.

Assim como a maioria das mulheres rurais, as agricultoras do Pajeú, em geral, enfrentam um contexto de relações de gênero desfavoráveis. Mesmo assim, vêm demonstrando força em sua auto-organização e reivindicações por direitos em várias frentes, como proteção social ao trabalho, crédito, assistência técnica, documentação, políticas de saúde e de combate à violência contra a mulher. Essas práticas demonstram a capacidade de resiliência dessas mulheres, a despeito de todas as adversidades de suas duras rotinas.

Envolvidas em um cenário de lutas no Pajeú, elas vêm experimentando melhorias em suas vidas. Essas conquistas se devem, em parte, ao acesso, nos últimos 12 anos, a algumas políticas públicas, como o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), mas também devem ser atribuídas ao seu envolvimento nas ações desenvolvidas pela Casa da Mulher do Nordeste.

## A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO ECONÔMICA

A oportunidade de participar em atividades econômicas, como feiras, mercados locais e institucionais, a exemplo do PAA e do Pnae, é muito relevante para o processo de empoderamento das mulheres rurais do Pajeú. Dessa forma, muitas delas passaram a ter uma renda e uma inserção em espaços públicos que antes lhes pareciam inatingíveis. Além disso, a possibilidade de ter autonomia econômica abriu e continua abrindo caminho para o alcance de outras autonomias, como a política.

## O acesso ao dinheiro

A frase *pouca coisa na vida é pior do que pedir dinheiro a homem* é comum na maioria das conversas com as agricultoras do Pajeú. Para elas, a situação ideal é quando podem gerir seus próprios recursos financeiros, escolhendo livremente a forma como irão gastá-los.

Ao sentir que existe a possibilidade de sair da condição de subordinação financeira, as mulheres não se importam, de imediato, com o *valor monetário desse dinheiro*, se é muito ou pouco. O que importa são os outros valores que o dinheiro traz para a vida delas, como a liberdade. Para elas, não precisar mais pedir dinheiro ao marido (ou pelo menos diminuir essa necessidade) é uma conquista importante e incomensurável, conforme explicitado no depoimento a seguir.

*Nunca vou esquecer do tempo que comecei a ter meu dinheiro. Eu não sabia o valor das notas, nem sabia o quanto era aquilo que tinha na minha mão. Mas tudo bem, fui aprendendo aos pouquinhos. Ficava mesmo era animada porque passei a ter uma carteira com dinheiro e podia gastar com as coisinhas que eu achava importantes pro meu filho, pra mim, pra minha casa, sem precisar mais pedir pro homem. Eles pensam que a mulher gosta de gastar dinheiro à toa. Nunca tinha me sentido tão livre (agricultora do Pajeú).*

**AO SENTIR QUE EXISTE A POSSIBILIDADE DE SAIR DA CONDIÇÃO DE SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA, AS MULHERES NÃO SE IMPORTAM, DE IMEDIATO, COM O VALOR MONETÁRIO DESSE DINHEIRO, SE É MUITO OU POUCO. O QUE IMPORTA SÃO OS OUTROS VALORES QUE O DINHEIRO TRAZ PARA A VIDA DELAS, COMO A LIBERDADE.**

O sentimento de liberdade também é experimentado pela maioria das mulheres entrevistadas quando deixam de ouvir perguntas que as faziam se sentir *parecidas com crianças* ou pessoas sem a menor responsabilidade: *Você vai usar esse dinheiro pra quê? Pra que vai comprar isso? Cadê o dinheiro que te dei? Já tá precisando de dinheiro novamente?* Elas relatam essas experiências com indignação: *Não depender de si própria é muito ruim.*

Há depoimentos de agricultoras que viveram anos sem saber nem mesmo diferenciar as cédulas de dinheiro e não se sentiam capazes de reverter a situação de total subordinação econômica. Não tinham a compreensão de que trabalhavam tanto quanto os homens e que, portanto, o dinheiro produzido na propriedade também era seu.

As mulheres apontam que o crescimento da renda e da participação nos espaços políticos beneficia não só a sua vida, como a de suas famílias. Segundo elas, *a partir do momento em que vivem numa condição melhor, passam a desejar o melhor para as pessoas ao seu redor, lutando também pelo desenvolvimento de seus filhos e marido.*

Todas relatam que, ao ter acesso ao dinheiro, além de gastar com artigos pessoais e para seus filhos, contribuem com as despesas da casa, algumas das quais, segundo elas, *os homens têm dificuldade de enxergar*, como contas de celulares e de energia elétrica, manutenção dos freezers, contribuições ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e à Associação e uma série de outros gastos. Essa participação nos custos, conseqüentemente, melhorou a relação com seus maridos, que começaram a *olhar* para elas de maneira diferente, passando a valorizá-las mais. As mulheres afirmam que até as brigas diminuem quando passam a ter condições de ajudar os maridos: *Ao podermos até dar um dinheiro nosso pra eles, tudo fica mais tranquilo.* Para elas, o acesso ao dinheiro permite que se sintam vivenciando uma verdadeira relação de parceria. A melhoria na relação é apontada como um fato muito importante, que acaba trazendo benefícios para sua vida como um todo.

Visibilidade ao trabalho da mulheres em espaços públicos



As agricultoras ressaltam que o trabalho da CMN nas comunidades fortalece a autonomia econômica das mulheres. Afirmam que, mesmo aquelas que não participam diretamente das ações da CMN, ao conversarem com as que participam, têm a consciência de que também devem se envolver na administração do dinheiro da família.

As mulheres afirmam ainda que a CMN despertou nelas o desejo e a certeza de que poderiam ter e administrar seu próprio dinheiro, o que mudou a visão que tinham delas mesmas (autoestima) e a relação com suas famílias. Uma mirando-se no exemplo da outra gerou um *efeito cascata*, que acabou fortalecendo todas. Com a proximidade da cidade e a dificuldade na agricultura devido à seca, algumas trabalham como domésticas. No entanto, elas afirmam que a maioria das mulheres nas comunidades, seja trabalhando como doméstica, na produção da horta, na criação de galinhas, no beneficiamento de frutas ou até mesmo administrando o dinheiro que recebem do Programa Bolsa família, conseguem ter sua própria renda. Segundo elas, antes os homens administravam todo o dinheiro da casa, mas agora não.



Produção comunitária fortalece mecanismos de auto-organização das mulheres

*Nas reuniões da CMN sempre somos orientadas a ter nosso próprio dinheiro. Estudamos e entendemos que as mulheres têm medo de mexer em dinheiro por falta de costume. Mas a gente consegue. E não entregamos mais o dinheiro nas mãos dos homens, não. Começamos também a fazer sabão, água sanitária, a pasta de ariar alumínio. Eu oriento todas as mulheres para sempre guardar um pouco do dinheiro para poder comprar material, sem precisar pedir pra ninguém (agricultora do Pajeú).*

Percebe-se, porém, que o enfrentamento dessas questões faz aflorar uma preocupação latente de que o empoderamento gerado pelo acesso ao dinheiro sirva para subverter as relações de poder dentro da própria família. Afinal, a mudança de postura das próprias mulheres significa a quebra de hierarquias historicamente estabelecidas e o compartilhamento das decisões familiares.

### Acesso ao crédito

Dada a invisibilidade do trabalho reprodutivo no cotidiano da unidade familiar, o acesso ao crédito tem grande importância porque pode favorecer a criação de atividades produtivas protagonizadas pelas próprias mulheres, seja individual ou coletivamente. Nesse sentido, abre um caminho para o empoderamento e a autonomia econômica das agricultoras, possibilitando que elas contribuam efetivamente para a renda familiar, o que, conseqüentemente, permite também um aumento da participação em espaços públicos e políticos.

Se, por um lado, o acesso ao crédito público representa a possibilidade de mudanças positivas para as mulheres, por outro, implica ônus e responsabilidades a mais a serem assumidas por elas. Para que se possa desenvolver mecanismos de crédito dentro de uma perspectiva de construção de autonomia para as mulheres, é preciso entender, em primeiro lugar, a relação com as entidades financeiras. Nesse sentido, as organizações da agricultura familiar vêm se empenhando em garantir que os avanços institucionais e legais obtidos, fruto das reivindicações do movimento de mulheres, venham gerar resultados concretos na vida das mulheres e de suas famílias.

Essa preocupação é relevante porque, embora existam políticas governamentais de acesso ao crédito, é bastante comum ouvirmos agricultores e agricultoras familiares do Sertão do Pajeú dizer que *não gostam de ficar devendo dinheiro a ninguém, principalmente ao banco* ou que *dever é a pior coisa do mundo*. Percebe-se, assim, que esses homens e mulheres são prudentes e até avessos a se endividar com os bancos. Porém, a situação é ainda mais grave no caso das mulheres, porque, além do medo natural de não conseguirem gerir a dívida e honrar o compromisso, elas se sentem incapazes de definir estratégias de planejamento para pagar as parcelas e de entender as regras e o funcionamento dos mecanismos de crédito. Dizem: *não entendemos nada disso; isso é coisa para a cabeça dos homens; eles é que conseguem entender e lidar com essas coisas de banco*. Algumas chegam a expressar que são menos inteligentes que os homens.

Ao conversar sobre o acesso ao crédito público, as mulheres entrevistadas se reportam com muita frequência a dois



Intercâmbios entre grupos de mulheres de diferentes regiões ilumina os caminhos para a superação das desigualdades de gênero

sentimentos contrastantes: *medo* e *coragem*. Uma dizem que sentiam medo de várias coisas, da ida ao banco, de como proceder para solicitar o crédito, de como seriam recebidas, de serem ignoradas, de terem seu pedido recusado. Outras falam que foram ao banco movidas por uma coragem, que lhes deu força para falar com o gerente. Há também quem admita que levou muitos anos para criar coragem para enfrentar o banco. Ou seja, ir ao banco, analisar as linhas de crédito existentes, escolher a linha mais conveniente e dialogar com o gerente não é uma situação tranquila para as mulheres. Segundo elas, *precisa ter coragem para deixar o medo de lado*.

Cabe ressaltar que a dificuldade para acessar o crédito público é um problema para as mulheres rurais como um todo. Corroborar para isso o fato de muitos gerentes ainda desconhecerem o funcionamento de linhas de crédito destinadas para a mulher, como o *Pronaf Mulher*, e acabam desestimulando as mulheres a acessar essa e outras modalidades.

Assim, mesmo existindo uma linha de crédito específica para as mulheres, elas continuam tendo menos facilidade que os homens para acessar esses recursos públicos. Muitas vezes, desde que chegam ao banco, as mulheres são desestimuladas a usar o crédito no que querem. Por exemplo, uma agricultora quer adquirir materiais necessários para fazer a instalação de um galinheiro, mas os gestores bancários são acostumados a liberar crédito apenas para a compra de cabeças de gado e rolos de arame para

fazer cerca. Tentam então convencê-la de que a instalação do galinheiro não vai reverter em dinheiro para que ela consiga pagar sua dívida. Outras vezes, por simples desconhecimento do funcionamento ou até por má fé, o gerente afirma que o *Pronaf Mulher* só existe no papel ou que não está disponível naquele município. Dessa forma, muitas mulheres que procuram o banco têm histórias negativas para contar, como a relatada a seguir:

*As mulheres da minha comunidade já acessaram, mas quase todas têm experiências um pouco difíceis com o banco. Eu já acessei para comprar gado. Paguei antes da data limite. E depois fui novamente ao banco para acessar o crédito pela segunda vez. Dessa vez, o banco não liberou, alegou que minha terra era pequena para tal empreendimento. Me senti triste e envergonhada. Tentei uma terceira vez para comprar freezer para armazenar as polpas que vendo, e mais uma vez não tive a autorização do banco. Agora tomei a decisão que nunca mais tentarei acessar créditos. A gente se sente humilhada com decisões como essa por parte dos bancos. (Agricultora assessorada pelo Centro Sabiá<sup>1</sup> na comunidade Carro Quebrado).*

<sup>1</sup> O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá é uma organização não governamental com sede no Recife (PE). Fundado em 1993, o Sabiá trabalha para a promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da Agroecologia. Para saber mais, acesse: <http://www.centrosabia.org.br/>.

Além das dificuldades relacionadas ao banco, outro impedimento para a obtenção do crédito por parte das mulheres é o comportamento de seus maridos. Algumas contam que ainda hoje existem muitos casos em que a mulher consegue obter o crédito para seus projetos, como comprar pequenos animais ou investir em sua horta, mas acaba entregando o recurso nas mãos de seu marido, que usa o dinheiro para o que ele quer.

*Aqui na minha comunidade, elas faziam o Pronaf em nome da mulher, mas era para o homem comprar uma junta de bois, ou até uma moto, e ficava a responsabilidade nas costas da mulher pra pagar a dívida. A gente sabe que uma moto não paga dívida de um projeto. E muitos ainda hoje fazem isso. Mas se a mulher fizer o projeto para comprar a junta de bois, compra os bois e daqui a dois anos ela tem o dinheiro para pagar. Ela vai se organizando com o que ela se comprometeu. E muitos homens não pensam desse jeito, ah, é projeto a fundo perdido (Agricultora assessorada pelo Centro Sabiá na comunidade de Pereiros).*

## A IMPORTÂNCIA DE UMA ABORDAGEM FEMINISTA

A mulher agricultora sofre uma dupla subjugação perante a sociedade brasileira. Primeiro, por fazer parte de uma classe de trabalhadores pouca valorizada no país, segundo, pelo simples fato de ser mulher em um contexto em que o machismo predomina.

Ao longo dos últimos 30 anos, a Agroecologia vem demonstrando potencial para abrir espaços para que as mulheres agricultoras enfrentem sua condição de vulnerabilidade e conquistem mais poder nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política. Todavia, o trabalho na perspectiva agroecológica, por si só, não é suficiente para que a desvalorização e a invisibilidade das mulheres sejam devidamente problematizadas. O diálogo entre as perspectivas agroecológicas e feministas é um importante caminho para o enfrentamento político de alguns dos dilemas vivenciados pelas mulheres no meio rural.

O engajamento de organizações feministas na construção do campo agroecológico tem contribuído para a ampliação de seu alcance para além das questões tecnológicas e ambientais, ressaltando sua dimensão social e de equidade de gênero. Ao mesmo tempo, as organizações feministas são influenciadas pela

discussão sobre sustentabilidade ambiental trazida pela Agroecologia, ampliando seus discursos e práticas nesse campo.

Nessa convergência entre o feminismo e a Agroecologia, portanto, as mulheres encontraram espaços para a desconstrução das bases insustentáveis do modelo de poder instituído, não somente do ponto de vista ecológico e político, mas também social, incluindo a busca da equidade nas relações de gênero.

É recorrente, nas organizações mistas, o discurso sobre uma falta de preparo para o trabalho com gênero, bem como a justificativa de que há o receio de que esse tipo de trabalho possa ser desestruturador das famílias, por ser um tema polêmico, que pode causar desavenças no seio familiar. Entretanto, é importante ressaltar que essas mesmas organizações são fortalecidas ao terem posicionamentos claros sobre outras questões ainda polêmicas e difusas para o conjunto da sociedade, porém relevantes na perspectiva agroecológica, tais como: o uso de insumos químicos, a forma de mercantilização da produção, a importância política das feiras agroecológicas, os riscos dos transgênicos, a transposição do Rio São Francisco, etc. Muitas organizações ainda são reticentes em trabalhar a Agroecologia numa perspectiva transformadora das relações sociais de gênero, por estarem imersas numa cultura patriarcal em que a maioria das mulheres é subordinada, subjugada e dominada. Dessa forma, é fundamental que as organizações agroecológicas, feministas ou não, encarem o desafio de entender e trabalhar numa perspectiva mais inclusiva, de combate às desigualdades de poder enfrentadas pelas mulheres dentro da sociedade.

No caso do Sertão do Pajeú, essa transformação social vem ocorrendo pela inclusão econômica das mulheres agricultoras, gerando autonomia e maior participação em diversos espaços no âmbito público e privado.

### ANA PAULA LOPES FERREIRA

coordenadora da área de Direito das Mulheres da Actionaid Brasil

doutora pela da Universidade de Córdoba, Espanha  
ana.paula@actionaid.org

### EMMA SILIPRANDI

doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UNB) e consultora do Escritório Regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação para a América latina e o Caribe (RLC/FAO)  
emma.siliprandi@gmail.com

# Divulgue suas experiências nas revistas da Rede AgriCulturas [www.agriculturesnetwork.org](http://www.agriculturesnetwork.org)

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulgarem suas experiências na *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, na *Leisa Latino-americana* (editada no Peru) e na *Revista Farming Matters* (editada na Holanda).

## Revalorizando as Plantas Alimentícias Não Convencionais

A crescente padronização das dietas resultante do controle dos sistemas agroalimentares por um punhado de corporações transnacionais tem sido responsável pelo abandono de uma enorme diversidade de plantas alimentícias não convencionais (Pancs) que por séculos contribuíram para a soberania e a segurança alimentar e nutricional dos povos. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), apenas 15 espécies cultivadas respondem atualmente por 90% da alimentação mundial, com apenas três delas (arroz, milho e trigo) representando dois terços do total.

Ironicamente, o mesmo sistema de poder corporativo que promove o processo de erosão da agrobiodiversidade vem tirando proveito desse restrito leque de cultivos alimentares. Exemplo disso é o novo fenômeno mundial ligado à promoção comercial de um número limitado de espécies pouco conhecidas sob a alegação de que são portadoras de propriedades alimentícias excepcionais. A criação dos chamados cultivos biofortificados é outra evidência da estratégia adotada pela indústria de alimentos para explorar comercialmente o crescente anseio da população por alimentos de qualidade. A expressão máxima dessa trajetória de apropriação privada da alimentação é o patenteamento de produtos e princípios ativos derivados de espécies alimentícias com o intuito de assegurar direitos monopólicos para as grandes empresas do ramo agroalimentar.

A próxima edição da *Revista Agriculturas* abordará as estratégias agroecológicas voltadas a revalorizar as plantas não convencionais como caminho para a garantia do direito humano à alimentação. Essas estratégias contrariam a tendência à mercantilização dos alimentos e à adoção de soluções biotecnocráticas baseadas numa visão reducionista de proteção da biodiversidade. Pela perspectiva agroecológica, a diversidade biológica e a diversidade cultural integram-se organicamente formando patrimônios bioculturais que devem ser protegidos e promovidos. A partir dessa abordagem do tema, apontamos algumas possíveis questões orientadoras da elaboração dos artigos que esperamos receber: Que metodologias vêm sendo adotadas para revitalizar as tradições ligadas ao cultivo e uso das Pancs em comunidades rurais e urbanas? Como essas plantas vêm sendo revalorizadas nos mercados locais? Que papéis específicos as mulheres desempenham na defesa e na promoção das Pancs? Como a pesquisa acadêmica vem se articulando a dinâmicas sociais locais voltadas à conservação e ao uso dessas espécies? Como as políticas públicas podem contribuir para fortalecer essas dinâmicas?

Data-limite para o envio dos artigos:  
22 de maio de 2016

**ACESSE: [www.aspta.org.br/agriculturas](http://www.aspta.org.br/agriculturas)**